



Anais da Assembléia

N.56

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 27 DE MAIO DE 1987

ANO XIII

^a 1. ^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA
ATA DA 44.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 1.987
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Lindolfo Júnior e Antônio Belinati.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acir Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quialse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (53). Encontrando-se em licença o Senhor Deputado Nestor Baptista (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM 45/87

Curitiba, 21 de maio de 1987

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais,

a inclusa cópia autêntica de Convênio celebrado em 28 de abril de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a inter-veniência da Polícia Militar do Paraná, e o Município de União da Vitória, objetivando a fiscalização do cumprimento das disposições referentes ao Estacionamento Regulamentado de veículos nas vias públicas do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Ofício:

OFÍCIO

Em seu inteiro teor:

"A propósito do Projeto de Lei formulado pelo Deputado Antônio Belinati e que visa a extinção do BADEP, vem esta Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda., de Entre Rios, Guarapuava, se pronunciar nos seguintes termos:

1. Repudiar com veemência o propósito do Deputado Antônio Belinati, propósito este que, evidentemente, desconsidera o real trabalho desenvolvido pelo Órgão em questão.

2. Afirmar que a economia e o desenvolvimento do Estado não pode prescindir dos serviços prestados pelo BADEP e dizer que, também, as suas funções diferentes não podem e nem devem ser atribuídas ao Banco do Estado do Paraná.

Mathias Leh - Diretor-Presidente da Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda."

Ao conhecimento da Casa.

TELEX:

Em seu inteiro teor:

"Ao tomar conhecimento do Projeto de Lei do Deputado Antônio Belinati através do qual propõe a extinção do Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná - BADEP, a Associação Comercial e Industrial de Guarapuava, vem solicitar o apoio de Vossa Excelência no sentido da não aprovação de tal Projeto, tendo em vista ser o BADEP um Órgão de grande importância para todo o Estado e fortalecimento das pequenas e mé-

dias Empresas, oferecendo às mesmas recursos e orientações para ajudarem no engrandecimento do Paraná.

Sérgio Fanucchi - Presidente da Associação Comercial e Industrial de Guarapuaçu.

Ao conhecimento da Casa.

"Excelentíssimo Senhor

Deputado Antônio Annibelli

Presidente da Assembléia Legislativa

Os empresários paranaenses representados por suas Federações, tomaram conhecimento de Projeto de Lei de autoria do Deputado Antônio Belinati, propondo a extinção do Banco de Desenvolvimento do Paraná. Desejamos manifestar a Vossa Excelência nossa discordância com a proposta. O BADEP vem a vinte e cinco anos participando do desenvolvimento Estadual, tanto na área pública como privada. A efetiva instalação da Indústria paranaense se deu com o advento do BADEP, criando empregos e projetando o nosso Estado como importante pólo de desenvolvimento. Repetido testemunho de autoridades federais do BNDES e da Fazenda destacam o BADEP como a entidade de maior respeito a credibilidade entre os congêneres. Confiamos em que os Senhores Deputados em acurado estudo verifiquem o quanto foi realizado pelo BADEP através de seus vinte e cinco anos de efetivo Trabalho.

- CARLOS ALBERTO PEREIRA DE OLIVEIRA - Presidente da Federação das Associações Comerciais do Paraná.

- PAULO CARNEIRO RIBEIRO - Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná.

- JORGE ALOYSIO WEBER - Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

- RUBENS BRUSTOLIN - Presidente da Federação do Comércio do Estado do Paraná.

- GEORGE CRISTÓFIS - Presidente da Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná.

- WILSON THIESEN - Presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR.

- ODONE FORTES MARTINS - Presidente da Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil - ADVB.

- MAURICIO FRISCHMANN - Presidente do Centro de Comércio Varejista do Estado do Paraná.

- BOGDAN BEMBENOWSKI - Presidente da Associação de Empresas da Cidade Industrial de Curitiba.

- ATILANO DE OMS SOBRINHO - Presidente da Associação Brasileira Indústria Eletro-Eletrônica Regional do Paraná.

Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

SÚMULA: "Pede a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito que examinará as denúncias de contrabando de soja, café e outros componentes através do Paraguai, com a utilização do "Entrepósito de Depósito Franco" para as mercadorias exportadas ou importadas por aquele país através do Porto de Paranaguá, ou na fronteira paranaense."

Senhor Presidente.

Os Deputados que abaixo subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, Regime de Urgência a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, de acordo com as normas do Regimento Interno, para examinar as denúncias de contrabando no Porto de Paranaguá e na fronteira do Estado com o Paraguai, bem como as possíveis violações do tratado firmado pelos Governos dos dois países na instalação do "Entrepósito de Depósito Franco", por cento e oitenta dias e com treze membros.

Sala das Sessões, em 27.05.87

(aa) Algaci Túlio, Antônio Bárbara, Tadeu Lúcio Machado, Irondi Pugliesi, Acyr Mezadri, Paulino José Delazeri, Haroldo Rodrigues Ferreira, Edmar Luiz Costa, Cândido Bastos, Paulo Furiatti, Luiz Carlos Alborghetti, Domingos Scarpellini, José Afonso Júnior, Nereu Carlos Massignan, Caíto Quintana, Artagão Mattos Leão, Homero Oguido, Sabino Campos, Vera Agibert e Nelson Vasconcellos.

PORTO FRANCO DE PARANAGUÁ

Convênio BRASIL - PARAGUAI

Convênio para o Estabelecimento, em Paranaguá, de um Entrepósito de Depósito Franco para as Mercadorias Exportadas ou Importadas pelo Paraguai

- Firmado no Rio de Janeiro a 20 de Janeiro de 1956.

- Aprovado pelo Decreto Legislativo n. 21, de 24 de julho de 1957.

- Troca de Instrumento de Ratificação no Rio de Janeiro, a 6 de setembro de 1957.

- Promulgado pelo Decreto n. 42.920, de 30 dezembro de 1957.

- Publicado no "Diário Oficial" de 7 de janeiro de 1958.

DECRETO N. 42.920 - DE 30

DE DEZEMBRO DE 1957

Promulga os Convênios para o estabelecimento, em Paranaguá e Concepción, de um entreposto de depósito franco para as mercadorias exportadas ou importadas pelo Paraguai.

O Presidente da República:

Havendo o Congresso Nacional aprovado, pelo Decreto Legislativo n. 21, de 24 de julho de 1957, o Convênio para o estabelecimento em Paranaguá, de um entreposto de depósito franco para as mercadorias exportadas ou importadas pelo Paraguai e o Convênio para o estabelecimento em Concepción

de um entreposto de depósito franco para as mercadorias exportadas ou importadas pelo Brasil, firmado no Rio de Janeiro, a 20 de Janeiro de 1956, entre o Brasil e o Paraguai; e havendo sido ratificado, pelo Brasil por carta de 4 de setembro de 1957; e havendo sido efetuada, no Rio de Janeiro a 6 de setembro de 1957; a troca dos respectivos instrumentos de ratificação:

Decreta que os mencionados acordos, apensos por cópia ao presente Decreto, sejam executados e cumpridos tão inteiramente como neles se contêm.

Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1957; 136. da Independência e 69. da República - Juscelino Kubitschek - José Carlos de Macedo Soares.

Convênio entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Paraguai, para o estabelecimento, em Paranaguá, de um entreposto de depósito franco para as mercadorias exportadas ou importadas pelo Paraguai.

Os Governos da República dos Estados Unidos do Brasil e da República do Paraguai, desejando estreitar os laços de amizade e boa vizinhança que unem os dois povos e animados do propósito de levar a efeito os princípios estabelecidos na Resolução sobre zonas francas, aprovadas na Conferência Regional dos Países do Prata, em seis de fevereiro de mil novecentos e quarenta e um, resolveram celebrar o presente Convênio, e, com esse objetivo, nomearam seus Plenipotenciários.

ARTIGO I

O Governo dos Estados Unidos do Brasil compromete-se a conceder no porto de Paranaguá, para recebimento, armazenagem e distribuição das mercadorias de procedência e de origem paraguaia, bem como, para o recebimento, armazenagem e expedição das mercadorias destinadas ao Paraguai, um entreposto de depósito franco, dentro do qual, para os efeitos aduaneiros, serão tais mercadorias consideradas em regime livre.

ARTIGO II

O Governo da República do Paraguai instalará o entreposto comprometendo-se a dotá-lo da capacidade indispensável à quantidade das mercadorias que ali tenham de ser depositadas, satisfeitas as exigências da legislação brasileira. A fiscalização do entreposto ficará a cargo das autoridades alfandegárias brasileiras.

ARTIGO III

O Governo da República do Paraguai poderá manter no entreposto um ou mais delegados seus, os quais representarão os proprietários das mercadorias ali recebidas, em suas relações com as autoridades alfandegárias brasileiras, com a Administração do Porto de Paranaguá, os transportadores em geral e com o comércio brasileiro, para a sub-divisão reacondicionamento, venda ou embarque das mercadorias procedentes e originárias do Paraguai, ou para o recebimento das de importação e sua expedição para a República do Paraguai, inclusive as adquiridas no Brasil.

ARTIGO IV

O Governo dos Estados Unidos do Brasil regulamentará, no mais breve prazo possível, a utilização do entreposto de depósito franco e o transporte através do território brasileiro, das mercadorias procedentes e originárias da República do Paraguai que se destinem ao Brasil e ao exterior, de modo a serem resguardadas as necessárias cautelas fiscais e atendidas as disposições legais vigentes que regulam o intercâmbio comercial com o exterior.

ARTIGO V

O presente Convênio será ratificado depois de preenchidas as formalidades constitucionais vigentes em cada uma das Partes Contratantes e entrará em vigor sessenta dias após a troca dos instrumentos de ratificação, a efetuar-se na cidade de Assunção, no mais breve prazo possível.

Cada uma das Partes Contratantes poderá denunciá-lo em qualquer momento, mas seus efeitos só cessarão um ano após a denúncia.

Em testemunho do que os Plenipotenciários acima nomeados firmam o presente Convênio, em dois exemplares cada um, nas línguas portuguesa e espanhola, apondo em ambos os seus selos.

Feito na cidade do Rio de Janeiro aos vinte dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e cinquenta e seis.

José Carlos de Macedo Soares - Raul Sapena Pastor.

PORTO FRANCO DE PARANAGUÁ

DECRETO N. 50.259 A

DE 28 DE JANEIRO DE 1961

Regulamenta a utilização do entreposto de depósito franco em Paranaguá, em virtude de Convênios assinados entre o Brasil e o Paraguai.

Dos Entrepostos.

Art. 1.º - De conformidade com o disposto nos Convênios assinados entre o Brasil e a República do Paraguai em 14 de junho de 1941 e 20 de janeiro de 1956 ficam estabelecidos entrepostos de depósito franco em Paranaguá, para o recebimento, a armazenagem e a distribuição das mercadorias de procedência e origem paraguaia, bem como para o recebimento, a armazenagem e a expedição das mercadorias destinadas ao Paraguai. Essas mercadorias ficarão em

regime aduaneiro livre, mas sujeitas ao pagamento das taxas portuárias e alfandegárias devidas pela prestação de serviços.

Art. 2. - Caberá a Administração do Porto de Paranaguá a direção e a execução dos serviços que neles se realizarem, ficando a fiscalização a cargo das autoridades alfandegárias.

Art. 3. - O Governo da República do Paraguai poderá manter no entreposto um ou mais delegados seus, os quais representarão os proprietários das mercadorias ali recebidas em suas relações com as autoridades alfandegárias e portuárias brasileiras, os transportadores em geral e com o comércio brasileiro, para a subdivisão, o reacondicionamento, a venda ou o embarque das mercadorias procedentes e originárias do Paraguai, ou para o recebimento das mercadorias procedentes e originárias do Paraguai, ou para o recebimento das mercadorias importadas pelo Paraguai e a sua expedição para esse país.

Art. 4. - Cada entreposto deverá ter dois depósitos distintos e separados, sendo um para as mercadorias vindas do exterior para o Paraguai e outro para as mercadorias procedentes do Paraguai e destinadas ao exterior ou ao Brasil. Haverá uma escrita distinta em cada depósito para registro da entrada e da saída dos volumes nos moldes das escritas em uso na Administração do Porto de Paranaguá.

Art. 5. - Na primeira quinzena de janeiro de cada ano, ou quando o interesse da fiscalização aduaneira o exigir, proceder-se-á a balanço nos depósitos por intermédio de funcionários aduaneiros, com assistência de representantes da Administração do Porto.

Parágrafo Único - Pelas faltas de volumes ou de mercadorias será responsabilizada a Administração do Porto, nos termos da legislação em vigor.

Art. 6. - A descarga e o depósito dos volumes transportados por via marítima obedecerão às normas em vigor no porto de Paranaguá. A folha de descarga a que se refere o artigo 375 da Nova Consolidação das Leis das Alfândegas, depois de assinada pelo fiscal aduaneiro e pelos representantes do transportador e do depositário, deverá ser encaminhada à seção competente da Alfândega no prazo de oito dias após o término da descarga.

Art. 7. - A descarga e a conferência dos volumes transportados por via terrestre ou aérea serão feitas à vista de uma das vias do manifesto, lavrando-se neste um termo de ocorrência, que será assinado pelo fiscal aduaneiro e pelos representantes do transportador e do depositário.

Art. 8. - Os volumes com indícios de violação ou avaria deverão ser pesados, cintados e sinetados pela Alfândega, la-

vrando-se termo em livro próprio.

Art. 9. - A responsabilidade pelas faltas ou avarias será apurada em vistoria oficial executada nos termos da legislação aduaneira em vigor. O transportador não responderá pelas faltas ou avarias de volumes entrados no entreposto sem as formalidades do item 8.

Art. 10 - Os volumes avariados poderão, para efeito de continuação de seu transporte, ser reacondicionados no entreposto, devendo antes a Alfândega relacionar convenientemente as mercadorias neles contidas, para indenização porventura devida às partes interessadas em caso de extravio durante a travessia rodoviária ou ferroviária.

Parágrafo Único - O acondicionamento mencionado não deverá modificar a identidade dos volumes, isto é, as suas primitivas características externas, notadamente quanto a espécie, marcas, contramarcas e numeração.

Art. 11 - Para facilitar o transporte ou o comércio, os volumes poderão ser subdivididos, mantendo-se as marcas, contramarcas e números dos principais acrescidos os números de tantas letras quantos forem os volumes, por exemplo: 1A - 1B - 1C, ou 10A - 10B - 10C, ou 21A - 21B - 21C, e assim por diante.

Art. 12 - Com as cautelas fiscais necessárias, a juízo das autoridades alfandegárias, poderão ser armazenados fora dos entrepostos os volumes de grande porte e os que contenham mercadorias explosivas, inflamáveis ou corrosivas. Será permitida a descarga de volumes para vagões ou caminhões destinados ao Paraguai atendidas as conveniências fiscais.

Do Regime Fiscal.

Art. 13 - As mercadorias importadas pelo Paraguai, em trânsito, e depositadas no entreposto de Paranaguá não poderão ser dadas a consumo no Brasil, salvo em casos excepcionais, mediante autorização expressa, em cada caso, do Ministro da Fazenda, satisfação prévia de todas as exigências legais e regulamentares para a importação e pagamento prévio de todos os tributos devidos.

Art. 14 - As mercadorias de origem e procedência do Paraguai poderão ser dadas a consumo no Brasil desde que satisfeitas, previamente, todas as exigências legais e regulamentares para a importação e pagos, previamente, todos os tributos devidos.

Art. 15 - A Alfândega de Paranaguá manterá fiscalização permanente nos entrepostos, não só externa, por intermédio da Guardamoria, como interna, por intermédio dos conferentes. Os entrepostos funcionarão com chaves duplas, ficando uma com a Administração do Porto e outra com a Alfândega, não sendo permitida a entrada ou

a saída de carga sem a presença de funcionário aduaneiro competente.

Art. 16 - As mercadorias estrangeiras depositadas nos entrepostos, ao se destinarem ao Paraguai, serão acompanhadas de relação (modelo em anexo) apresentada pelo expedidor ou transportador, na qual serão registrados a espécie dos volumes, as marcas, contramarcas, números, peso bruto, valor e discriminação do conteúdo, adotando-se a nomenclatura da Tarifa das Alfândegas do Brasil.

Art. 17 - A relação a que se refere o item anterior será formulada em quatro vias, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, e conterá a assinatura do conferente da Alfândega. A primeira via pertence à Alfândega; a segunda acompanhará a mercadoria até o seu destino no Paraguai; a terceira pertence à Administração do Porto; a quarta será encaminhada ao Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda. Poderá ser fornecida à autoridade consular paraguaia em Paranaguá uma cópia ou via da relação.

Art. 18 - O expedidor ou transportador, mediante assinatura do termo de responsabilidade na Alfândega, comprometer-se-á a fazer retornar, dentro de sessenta dias, a segunda via da relação, da qual deverá constar declaração expressa do recebimento da mercadoria pela autoridade aduaneira paraguaia competente, como prova de que ela chegou a seu ponto de destino no Paraguai. Para que produza efeitos no Brasil, a firma da autoridade paraguaia deverá ser reconhecida no Consulado brasileiro competente.

Art. 19 - As mercadorias de origem e procedência do Paraguai e destinadas aos entrepostos entrarão no Brasil acompanhadas dos respectivos manifestos devidamente legalizados por autoridade consular brasileira, de conformidade com os regulamentos em vigor.

Art. 20 - A exportação de tais mercadorias para o exterior será feita por meio de despachos de trânsito, de conformidade com a Consolidação das Leis da Alfândega e as demais disposições regulamentares em vigor. O despacho de trânsito poderá, entretanto, registrar volumes de uma ou mais marcas e abranger mercadorias de um ou mais manifestos, dispensado o termo de responsabilidade.

Do Trânsito

Art. 21 - O trânsito de volumes pelo território nacional será feito por estradas de ferro ou de rodagem, em vagões ou caminhões fechados e lacrados, os quais só poderão ser abertos nos pontos de destino.

Art. 22 - Os veículos que partirem do porto de Paranaguá serão lacrados e sinetados nas respectivas Alfândegas, com arame resistente e chumbo. A repartição adua-

neira do Brasil, na fronteira caberá verificar se durante a viagem não houver violação do lacre e do sinete, fazendo nota, datada e assinada na segunda via da relação que acompanha os volumes, e liberando o veículo para saída do Brasil.

Art. 23 - Se for verificada violação do lacre ou do sinete, ou de ambos o veículo será retido pela repartição aduaneira, que providenciará, no âmbito de suas atribuições, a instauração dos processos fiscal e criminal competentes, devendo ser lavrado termo na presença da autoridade policial e de, pelo menos, duas testemunhas idôneas. Os volumes perfeitos, sem falta de mercadoria, poderão seguir seu destino após a vistoria oficial.

Art. 24 - O veículo proveniente do Paraguai trará também lacre e sinete da repartição aduaneira paraguaia do ponto de partida. Verificada pela autoridade aduaneira do Brasil na fronteira a normalidade desta segurança, será feita nota ao manifesto respectivo e liberado o veículo para prosseguir viagem. Caso contrário, não será permitida a entrada do veículo no Brasil.

Art. 25 - Se, ao chegarem os veículos à Alfândega de Paranaguá, for verificada violação do lacre ou do sinete, proceder-se-á na forma indicada no item 23.

Art. 26 - As empresas ou pessoas proprietárias de caminhões empregados em tais transportes ficam obrigadas a registrar os seus veículos na Alfândega de Paranaguá e nas repartições alfandegárias do Brasil na fronteira, depois de feitas as vistorias necessárias e considerados tais veículos em condições satisfatórias de segurança.

Art. 27 - Mediante a assinatura de termo de responsabilidade nas repartições alfandegárias do Brasil na fronteira, os caminhões brasileiros ou paraguaios devidamente habilitados, poderão sair do território nacional ou nele entrar livremente. O prazo de validade do termo será de seis meses, renovável por períodos iguais, mediante a vistoria a que se refere o item anterior.

Art. 28 - O termo de responsabilidade a que se refere o item anterior será cancelado em qualquer tempo, ou será negada a sua renovação, se não forem atendidas pelas empresas ou pessoas interessadas as medidas de segurança impostas pelas autoridades alfandegárias brasileiras. Neste caso, ficará vedado a essas empresas ou pessoas o trânsito pela fronteira e o transporte através do território nacional das mercadorias previstas no presente Regulamento.

Art. 29 - No caso de acidente durante a viagem, que torne necessária a movimentação da carga ou a sua baldeação para outro veículo, deverá o transportador procu-

rar previamente a autoridade fiscal fazendária da localidade mais próxima, dando-lhe ciência do ocorrido. Caberá a essa autoridade tomar as providências necessárias a defesa dos interesses fiscais.

Art. 30 - Será permitido o transporte, em vagões ou caminhões abertos, de volumes de grande porte ou daqueles que contenham mercadorias de fácil identificação.

Art. 31 - Será permitida a transferência de volumes, por via marítima, de um para outro dos entrepostos de Santos e Paranaguá, mediante o processamento do despacho de trânsito previsto na Consolidação das Leis das Alfândegas.

Art. 32 - Quando houver necessidade de baldeação dos volumes na fronteira, proceder-se-á da forma seguinte:

a) com referência às mercadorias vindas do Paraguai para os entrepostos de depósito franco, a autoridade aduaneira tomará as providências indicadas na primeira parte do item 22, fazendo as necessárias averbações no manifesto de carga, que deverá ser entregue, juntamente, com o novo manifesto, à Alfândega de destino no Brasil;

b) com relação às mercadorias procedentes dos entrepostos de depósito franco, com destino ao Paraguai, a autoridade aduaneira, após a conferência normal da descarga e da baldeação dos volumes, fará averbação na segunda via da relação que acompanhará as mercadorias até seu destino final no Paraguai, para os efeitos do item 18.

Art. 33 - Além dos papéis referidos neste Regulamento, é facultado ao expedidor e ao transportador exigir outros documentos que entendam necessários à prática do seu comércio.

Art. 34 - Os casos omissos, que possam estar compreendidos aos serviços portuários ou nos aduaneiros, serão resolvidos pelos administradores dos portos ou pelas autoridades alfandegárias e, neste último caso, submetidos sem efeito suspensivo, à aprovação da Diretoria de Rendas Aduaneiras.

Art. 35 - As mercadorias encontradas nos veículos ou entradas nos entrepostos sem os requisitos exigidos neste Regulamento serão apreendidas pelas autoridades alfandegárias, de conformidade com a legislação em vigor.

Art. 36 - O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 37 - Revogam-se as disposições em contrário.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferên-

cia de discussão e votação ao Projeto de Lei n. 018/87.

Sala das Sessões, em 27.05.87.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, após ouvido o Plenário, e com base no artigo 108 do Regimento Interno, REQUER, a inclusão do Projeto de Lei n. 128/86, na Ordem do Dia, tendo em vista que o mesmo encontra-se em Regime de Urgência desde o dia 6 do mês de abril p.passado.

O referido projeto visa denominar de "Guilherme Kantor", trecho da Rodovia PR-151.

Sala das Sessões, em 27.05.87.

(a) ACYR MEZZADRI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja retirado da ORDEM DO DIA, o Projeto de Lei n. 018/87 e a Emenda Substitutiva Geral, por quatro sessões.

Sala das Sessões, em 27.05.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado em Ata um voto de profundo pesar, manifestado aos familiares e parentes do Senhor BALDUÍNO VIDAL, falecido no dia 26 de maio de 1987, em Campo Largo.

Pertencente à tradicional família daquele Município, dentre seus filhos, os Senhores João Vidal e Antônio Vidal exerceram as funções de vereadores em Campo Largo. Atualmente seu filho mais novo, Balduino Vidal Filho, representa a família naquele legislativo municipal. Seu falecimento chocou a comunidade campolarguense.

Outrossim, Requer ainda, que desta decisão seja dado ciência à família enlutada na pessoa do Vereador Balduino Vidal Filho, no seguinte endereço: Câmara Municipal de Campo Largo- CEP. 83.600

Sala das Sessões, em 27.05.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

Líder do PFL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER seja consignada na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo fa-

lecimento da Senhora ADÉLIA DELAGASSA RODRIGUES, ocorrido no dia de ontem, em nossa Capital.

Requer, outrossim, que dos termos deste requerimento, se dê conhecimento à família da extinta, na pessoa de seu marido, o ex-Deputado Agostinho José Rodrigues, à Rua Cambará, 106, Juvevê, Curitiba- Pr.

Sala das Sessões, em 27.05.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

Líder do PFL.

JUSTIFICATIVA:

Com o presente, queremos registrar o passamento da Senhora ADÉLIA DELAGASSA RODRIGUES e, mais do que isso, emprestar nossa solidariedade a sua ilustre e digna família.

Era ela esposa e companheira do ex-Deputado Agostinho José Rodrigues, uma das grandes expressões de nossa política, e que, além de parlamentar operoso e consciente, foi também Secretário de Estado, além de combatente da Força Expedicionária Brasileira, cujas façanhas imortalizou em livro.

A extinta deixa, ainda, os filhos Leomar, Guilomar e Solange, aos quais, sem dúvida, legou uma vida de sacrifícios, como esposa de político, e de grandes exemplos de dedicação e companheirismo.

Por tudo isso, ao registramos nosso profundo e sincero pesar pelo falecimento de Dona Adélia Delagassa Rodrigues, o fazemos externando nossa solidariedade aos seus familiares, de cuja dor queremos partilhar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Votos de Congratulações, pelo transcurso do "Dia do Trabalhador Rural", ocorrido neste 25 de maio.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência à Federação dos Trabalhadores da Agricultura- FETAEP, no seguinte endereço: Avenida Silva Jardim n. 775- CEP- 80.230- Curitiba- Pr.

Sala das Sessões, em 27.05.87.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

Todos sabemos que é a agropecuária, como setor primário, é a alavanca mestra que move os demais setores da economia nacional.

No entanto, poucos são aqueles que questionam de onde vem a força que coloca este grande sistema produtivo em movimento.

Cabe portanto aqui, reafirmar e relembrar, historicamente, que se a agricultura e a pecuária, são consideradas como as mais importantes fontes das riquezas na-

cionais, isto jamais se daria, se não fosse a presença constante do trabalhador rural.

Trabalhador este que de sol a sol, lava a terra, semeando e colhendo; que muito antes do raiar do dia, enfrenta as frias madrugadas, na lida constante do gado, para nos abastecer de leite e demais derivados lácteos. É ele que possibilita chegar nas mesas de todos os brasileiros, o arroz, o feijão, a carne, os ovos, as frutas e as verduras de que tanto necessitamos.

Das suas mãos calejadas, do suor do seu rosto, do grande esforço físico que faz, enfrentando toda a sorte de intempéries, é que nós, gentes do campo e das cidades, encontramos melhor alento e mais alegria de viver.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, à Mesa da Assembléia a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações aos Jornais "O Estado do Paraná" e "Tribuna do Paraná", em razão da redação dos mesmos passar ao comando do experiente e competente Jornalista Mussa José Assis; de votos de louvor, ao Jornalista em questão que, na recondução ao comando da Redação dos Órgãos da Editora "O Estado do Paraná" S.A., vê coroado e recompensado o esforço de um profissional da comunicação que, há vinte e seis anos, vem servindo a imprensa do Paraná.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja da mesma dado conhecimento aos Jornais "O Estado do Paraná", "Tribuna do Paraná", à direção da Editora "O Estado do Paraná" S.A., e ao Jornalista Mussa José Assis.

Sala das Sessões, em 27.05.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

A dedicação e o desempenho responsável de uma atividade profissional das mais árduas e difíceis, como do comunicador, ao longo de vinte e seis anos - conforme demonstra a reportagem do Jornal "O Estado do Paraná", em anexo, edição de 24.05.87 justificam plenamente a moção ora apresentada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER, a consignação na Ata dos trabalhos desta sessão plenária, de um voto de congratulações à ACEPAR - Associação dos Comercializadores de Cereais do Estado do Paraná, pela inauguração do Centro de Comercialização de Ce-

reais de Maringá, instalado no Parque Industrial II, na Cidade de Maringá.

Esta associação reúne os interesses de mais de cinquenta empresas cerealistas maringenses, e através de muita luta e união de todos, conseguiu criar o Centro de Comercialização de Cereais, gerando receita e contribuindo para a expansão da economia do Paraná, e por esta razão deve merecer o incentivo dos órgãos públicos de nosso Estado. A ACEPAR, além de tornar realidade esta aspiração dos cerealistas maringenses, vem representar os anseios desta importante classe de trabalhadores.

A diretoria da Entidade que estamos homenageando é presidida pelo empresário ANIBAL VICTORINO DA SILVA, e tem como vice-presidente FRANCISCO LORGA, OZORIO KUNIO MATSUDA como secretário, ALCIDES FANHANI como Tesoureiro, MITSUGI YAMANARI, como 2.º Secretário e PETRONIO CORDEIRO como 2.º tesoureiro.

Requeiro ainda, se dê ciência do presente aos diretores acima nominados.

Sala das Sessões, em 27.05.87.

(a) JOSÉ ALVES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, consignação de voto de solidariedade desta Casa aos servidores do ministério da Agricultura, que reivindicam melhores condições salariais.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, se dê ciência à Delegacia Federal da Agricultura no Paraná.

Sala das Sessões, em 27.05.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

De acordo com reunião da Comissão Nacional dos Servidores Públicos Federais de Nível Médio do Ministério de Agricultura, realizada no dia 11 transato, constatou-se que as negociações para reforma administrativa de pessoal iniciadas há três anos até agora não obtiveram nenhum resultado, e, conseqüentemente cerca de trezentos servidores, só na categoria de agente de atividade agropecuária, com média de vinte e cinco a trinta anos de serviço - percebe menos de um salário mínimo ou seja, Cz\$ 1.442,77 (Um mil quatrocentos e quarenta e dois cruzados, setenta e sete centavos), o que é, inclusive, contrário ao estabelecido na Consolidação das Leis do Trabalho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada Moção ao Conselho Nacional dos Di-

reitos da Mulher, com cópia ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte Deputado Ulisses Guimarães e demais autoridades nominadas na justificativa, pela efetivação das propostas relativas à questão da mulher garantindo a aplicabilidade do princípio de igualdade na Constituição Brasileira pelo exercício pleno da cidadania.

Sala das Sessões, em 27.05.87.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se face à questão de que na primeira fase dos trabalhos da Constituinte, em torno de 10 mil propostas foram apresentadas, sendo 8% relativas à questão da mulher, abordando muitas das propostas contidas na Carta das Mulheres entregue aos constituintes em 26 de março de 1987.

Acompanhando os trabalhos da Constituinte observamos que duas Subcomissões dos Direitos e Garantias Individuais e de Saúde, Segurança e do Meio Ambiente, não consideram as reivindicações expressas na Carta das Mulheres- PAISM.

Nos casos específicos destas Subcomissões temos que a de Saúde, Segurança e Meio Ambiente não apresentou nenhuma proposta referente à questão do planejamento familiar nem sobre a assistência integral à saúde da mulher. A dos Direitos e Garantias Individuais apresentou-se favorável à punição do aborto como crime, quando diretamente provocado.

Esta Moção se configurará numa resposta às aspirações da mulher brasileira, que tem feito do CNDM seu canal permanente de articulação com o movimento de mulheres, uma vez que, essas propostas marcam um grave retrocesso ante as conquistas já obtidas como a implantação do PAISM e a legislação vigente quanto ao direito ao aborto, preocupando-nos quanto a vir a se concretizar também um retrocesso na legislação que venha a impedir a garantia das propostas de interesse das mulheres nos anteprojetos subsequentes.

Os endereços para o envio da presente Moção são os seguintes:

. Ministério da Justiça
Senhor JAQUELINE PITANGUI
DD. Presidente do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres
Edifício Sede- 4. andar- sala 452- CEP- 70.064- Brasília- DF.

. Excelentíssimo Senhor
Deputado Ulisses Guimarães
DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.
Câmara dos Deputados-Anexo II
CEP- 70.160- Brasília-DF

. Subcomissão dos Direitos e Garantias In-

dividuais

Presidente ANTONIO MARIZ

Anexo II da Câmara dos Deputados-Sala D 2

. Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente

Presidente JOSÉ ELIAS MURAD

Senado Federal- Ala Senador Alexandre Costa
Sala 11- Anexo II

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, solicitando medidas que garantam o abastecimento de carne bovina no período de entressafra- Agosto a outubro.

Sala das Sessões, em 27.05.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

Conforme notícia hoje manchete do Jornal "Indústria e Comércio" do Paraná, "No máximo até agosto, o País entrará em nova crise de abastecimento de carne, uma vez que a entressafra será forte e o Governo não se preparou para ela, formando estoques reguladores, alertou ontem o secretário-executivo do Sindicato da Indústria de Carnes do Paraná, Péricles Pessoa Salazar, ao I & C".

Para ele os estoques anunciados pelo Governo, em torno de 180 mil toneladas, não serão suficientes para suprir a demanda dos principais centros metropolitanos do País por um mês. Fato que foi confirmado pelo técnico do Departamento de Economia Rural (DERAL), da Secretaria de Estado da Agricultura, Roberto Carlos Silva.

No entanto, com as geadas que vêm ocorrendo, os pecuaristas serão obrigados a vender para abate as últimas cabeças de boi gordo que estavam retidas no pasto, sob pena de que elas percam o peso e não tenham mais condições de venda, pois o pasto de verão foi queimado pelo frio. Isto significa uma queda acentuada nos preços do boi, nos matadouros, durante os próximos quinze dias. Depois, não haverá mais gado para abate, com exceção do pertencente a 10% dos pecuaristas, que se dedicam à prática do confinamento.

No Paraná, a COBAL possui somente de 3 a 5 mil toneladas de carne importada em seus armazéns. Já a prática do confinamento não é comum entre os pecuaristas de carne, uma vez que se exige tecnologia apurada e grandes investimentos em instalações, como mangueirões cimentados e cobertos, silos e trincheiras para silagem, além do investimento no plantio e colheita de forrageiras. Esse tipo de investimento vem sendo feito, em nosso Estado, apenas

por produtores de leite. Na pecuária de corte, só se tem notícia de confinamento no Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais.

Para os frigoríficos essa fase de entressafra, que começará em agosto, devendo terminar em outubro, vem sendo considerada difícil porque o abate poderá ser reduzido tanto que algumas unidades terão que fechar temporariamente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ministro da Agricultura solicitando agilização na mudança da portaria que altera os valores a serem pagos pelos frigoríficos, aos técnicos do Serviço de Inspeção Federal, com respeito às horas extras impostas a estes pelas atividades necessárias daqueles.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, se dê ciência à Delegacia Federal de Agricultura do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.05.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado em Ata desta sessão, um voto de solidariedade aos microempresários na busca de solução do grave problema causado pelo "Plano Cruzado".

Outrossim, requer ainda, que após aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à Associação Comercial e Industrial de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 27.05.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Mário Lopes dos Santos, solicitando do mesmo, providências no sentido de que o Município de Sarandi, seja, na próxima Lei de Divisão e Organização Judiciária, transformado em Comarca.

Tal solicitação justifica-se plenamente, pelo fato de que o Município de Sarandi é hoje um dos que mais cresce em nosso Estado. Contando com aproximadamente cinquenta mil habitantes, cerca de dezessete mil eleitores e um orçamento municipal de cerca de Cz\$ 55 milhões, o Município vem alcançando um índice de crescimento econô-

mico muito grande, revelando toda a sua pujança.

É evidente que tal ritmo de desenvolvimento resulta em uma maior demanda nas causas judiciais. Sarandi contribui com mais de 60% do movimento forense da Comarca de Marialva.

Sala das Sessões, em 27.05.87.

(a) JOSÉ ALVES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor ÁLVARO DIAS, mui digno Governador do Estado, solicitando estudos quanto à possibilidade de se viabilizar recursos à MITRA DIOCESANA DE UMUARAMA, ou DIOCESE DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DE UMUARAMA- Pr., através de fontes governamentais.

Da aprovação deste, REQUER, ainda, que seja dado ciência do exposto ao Reverendíssimo Bispo D. José Maria Maimone, de Umuarama.

Sala das Sessões, em 27.05.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

CERTIDÃO

CERTIFICO a pedido verbal de parte interessada que, revendo os livros de Registros de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas a meu cargo nesta Serventia, verifiquei constar sob n. 046, no livro A/PJ, a inscrição do Ato Declaratório de Personalidade Jurídica do Mitra Diocesana de Umuarama ou Diocese do Divino Espírito Santo de Umuarama, Paraná, o qual vai abaixo transcrito em sua íntegra: 1. - A Diocese do Divino Espírito Santo de Umuarama, também denominada Mitra Diocesana de Umuarama, nas suas relações patrimoniais, é uma sociedade civil, com finalidade religiosa, que tem seus estatutos corporificados no Código de Direito Canônico, reconhecidos pelo artigo 3.º do decreto n. 119-A, de 7 de janeiro de 1890. 2. - A Mitra Diocesana de Umuarama, ente moral criado e instalado pela Bula Pontifícia e respectivo Decreto, tem personalidade jurídica independentemente de inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em conformidade com o disposto no artigo 5.º do Decreto 119-A, citado no item acima. 3. - A Diocese do Divino Espírito Santo de Umuarama é uma porção do povo de Deus confiado ao Bispo, para que a governe assessorado pelo seu clero, de modo especial pelo Conselho Diocesano ou Presbiteral. 4. - No exercício de suas funções o Bispo de Umuarama, que preside a Diocese, tem plenos poderes para a prática de atos jurídicos de acordo com o Direito Canônico e as leis brasileiras e representa a Dio-

cese (Mitra) em juízo e fora dele e em todas as relações com terceiros, tomando compromissos e aceitando obrigações civis e patrimoniais em nome da Instituição, especialmente admitindo e demitindo pessoal auxiliar, firmando contratos, movimentando contas em estabelecimentos bancários e exercendo ainda a faculdade de delegar poderes inclusive os "ad judicium". 5. - As paróquias, porções que são da Diocese ou Mitra, não gozam de personalidade própria e, salvo quando ajam em virtude de representação ou delegação da Mitra Diocesana de Umuarama, serão por esta representadas em todas as suas relações jurídicas. 6. - O patrimônio da Mitra Diocesana de Umuarama é constituído por bens móveis, imóveis e rendas diversas provenientes de doações e contribuições particulares e rendas derivadas do próprio patrimônio. 7. - As rendas da Mitra Diocesana de Umuarama serão aplicadas em benefício da Diocese e, eventualmente, em obras fora desta, mas exclusivamente em território brasileiro. 8. - No caso de falecimento ou impedimento de acordo com o Direito Canônico, do Bispo Diocesano em exercício, assumirá o governo com todos os poderes demarcados pelo Direito, o Vigário Capitular escolhido pelo Conselho Diocesano. 9. - A Mitra Diocesana de Umuarama, ente moral de caráter religioso, reconhecido e amparado pela legislação do País, só pela legítima autoridade eclesiástica poderá ser extinta. 10. - No caso de extinção da Mitra Diocesana de Umuarama ou Diocese do Divino Espírito Santo de Umuarama, na forma do item anterior, os bens que constituem o seu patrimônio passarão a integrar o da pessoa jurídica que a substituir, de acordo com o Direito Canônico. 11. - A Mitra Diocesana de Umuarama está inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes, como pessoa jurídica, sob n. 75858506/0001-38. 12. - A Mitra Diocesana de Umuarama tem sede e foro nesta cidade de Umuarama. Umuarama, em 6 de outubro de 1976. (a) ilegível - Dom José Maria Maimone, S.A.C. Bispo Diocesano da Igreja em Umuarama - C.I.C. 083.601.549. Há um carimbo da DIOCESE DO DIVINO ESPÍRITO SANTO - UMUARAMA - PARANÁ - BRASIL. Firma reconhecida no Tabelionato "De Paula". Umuarama, 06.10.76 - (a) ilegível da Tabela.

O referido é verdade e dou fé.

Umuarama, 02 de abril de 1979.

ELVIRA SANTOS MOREIRA

Oficial

C.R.C. Cr\$ 8,00

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Ple-

nário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor ARI VELOSO QUEIROZ, DD. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, solicitando que interceda junto à TELEPAR, no sentido de que seja procedida modificação no sistema de telefonia rural, possibilitando que as ligações via PS, sejam completadas de forma direta, sem auxílio da telefonista, especificamente nos Distritos de Camboin, São Luiz, Duas Barras, Mal. Lott, Alto Faraday, Moisés Lupion, Santa Clara e Pinheiro, todos no Município de Capanema. REQUER, outrossim, seja dado ciência deste requerimento ao Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do referido Município.

Sala das Sessões, em 27.05.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Conforme se tem ciência, Capanema tem ligação direta com outros Municípios, inclusive com a Capital do Estado. Entretanto, uma ligação telefônica entre Capanema e qualquer uma das localidades que possuem PS, muitas vezes a uma distância de apenas dez quilômetros depende de telefonista, geralmente com horas de espera e inclusive com acréscimo de custo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor BELMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR, DD. Secretário de Estado da Educação, solicitando providências junto à FUNDEPAR, no sentido de que sejam construídas mais duas salas de aula na Escola Estadual São Cristóvão - Ensino de 1.º Grau, no Município de Capanema, dando-se ciência deste requerimento ao Prefeito Municipal ao Diretor do referido estabelecimento e à Inspeção de Ensino do citado Município.

Sala das Sessões, em 27.05.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação já vem sendo feita há mais de ano, haja vista que com o funcionamento gradativo de 5.ª a 8.ª séries as dependências tornaram-se insuficientes para o atendimento dos alunos que, em consequência, estão estudando à noite. Entretanto, isto dificulta as reuniões pedagógicas da escola, que têm sido realizadas na cozinha, visto que a secretaria também possui exíguas dimensões.

Do pré-escolar até a 6.ª série, a escola conta com quinhentos e sessenta e três alunos, sendo que para o próximo ano será implantada a 7.ª série e a escola possui apenas seis salas, incluída a sala que era dos professores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente à Ilustríssima Senhora Débora Dias, Digníssima Presidente da PROVOPAR, solicitando auxílio financeiro para a creche Santo Antônio, no Distrito de Farol do Oeste, Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 27.05.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A creche Santo Antônio, no Distrito de Farol do Oeste, atende dezenas de crianças pobres e carentes, prestando assim relevantes serviços àquela comunidade. Entretanto, por problemas de ordem econômicos, necessita de auxílio financeiro para prosseguir em seu meritório trabalho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Rubens Bueno, Digníssimo Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando auxílio financeiro para a creche José do Patrocínio, no Distrito de Luiziana, Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões em 27.05.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A referida creche vem prestando serviços essenciais àquela comunidade, atendendo crianças carentes. Entretanto, atualmente atravessa um período de dificuldades financeiras e necessita de auxílio para continuar o seu trabalho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor HEINZ GEORG HERWIG, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando que interceda junto ao DER, no sentido de que seja procedido o asfaltamento da avenida Independência, no bairro São Cristóvão, Município de Capanema, quando da pavimentação da estrada que liga o referido Município de Marmelândia, dando-se ciência deste requerimento ao Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores de Capanema.

Sala das Sessões, em 27.05.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Já consta de projeto da Secretaria de Transportes o asfaltamento do trecho de estrada que liga Capanema e Marmelândia, no município de Realeza. Assim, é justificável que a oportunidade seja aproveitada para incluir na mesma obra o asfaltamento das duas pistas da avenida Independência, no bairro São Cristóvão, o que viria atender antiga aspiração da comunidade já há algum tempo reivindicada pelas autoridades municipais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, Secretário de Estado da Educação, para que o mesmo tome ciência das reivindicações dos professores conveniados, conforme segue:

1. A definição da situação dos professores conveniados.
2. Estabilidade no emprego.
3. Pagamento pela maior habilitação.
4. Enquadramento no quadro próprio do magistério.
5. Que o Estado assuma o Professor conveniado pagando no mínimo o P.A.-1, que equivale a Cz\$ 4.925,88.
6. Que o Estado assuma o auxiliar administrativo e o auxiliar geral.
7. Pagamento dos salários em dia.
8. Vagas para o pessoal já concursado e concurso real com vagas reais.

Sala das Sessões, em 27.05.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Contratados no dia 1.º de abril de 1985, recebendo o salário-mínimo da época, os conveniados tiveram a garantia de que a situação seria legalizada após noventa dias.

Hoje, os professores conveniados que são no total 16.500 no Estado do Paraná, continuam recebendo um salário-mínimo de Cz\$ 1.251,72, que atrasa em média sessenta dias. O pagamento do salário de março, por exemplo, foi feito no dia 16 último.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, para que conste da Ata dos trabalhos de hoje, voto de congratulações ao Jornalista MUSSA JOSÉ DE ASSIS, pela sua volta ao comando do "Estado e a Tribuna do Paraná".

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Jornalista bem como ao Doutor PAULO CRUZ PIMENTEL.

Sala das Sessões, em 27.05.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

MUSSA JOSÉ ASSIS, quarenta e quatro anos de idade, vinte e seis de profissão, faz jornalismo desde a infância. Em Tupi Paulista, pequena cidade do extremo Oeste do Estado de São Paulo, criou-se dentro da gráfica de Belmar Ramos, juntando tipos de chumbo para compor o Seminário "O Imperial" - que ainda hoje circula, com seus mil exemplares, sempre aos domingos, procedendo à revisão.

Profissionalmente, iniciou-se em "O Estado do Paraná" em 1961, como revisor, galgando todos os postos nas empresas do Doutor PAULO PIMENTEL.

Dezoito anos na direção de "O Estado", entre 1965 e 1983, Mussa José Assis volta agora ao comando dos jornais da organização Paulo Pimentel, prometendo implantar um novo veículo de comunicação, um novo "O Estado do Paraná". Será o grande avanço. É o novo sistema de composição GEPETO, terminais de computador gráfico, que vão revolucionar o processo de feitura do jornal.

Juntamente com o processo técnico, a preocupação com o aprimoramento jornalístico, com o reforço sistemático da equipe que agora volta ao comando de Mussa Assis. Com ele, mais ideais, novas propostas visando sempre o leitor, cada vez mais rigoroso na escolha do jornal que o informa, que tem o dever de orientá-lo, de oferecer-lhe a análise dos fatos.

Está de parabéns o Doutor Paulo Pimentel, estão de parabéns todos os colegas de trabalho, bem como toda a comunidade das empresas de "O Estado e Tribuna do Paraná" pela volta do Jornalista Mussa José de Assis.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo-assinado, na forma regimental e após ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes do Paraná, solicitando sejam tomadas as providências necessárias à elaboração do projeto e realização posterior da duplicação da Rodovia PR-151, trecho Piraí do Sul - Jaguariaíva.

Em decorrência da intensidade do tráfego pesado na PR-151, o Governo do Estado está implantando a segunda pista no trecho Ponta Grossa - Piraí do Sul, permitindo, assim, uma ligação em pista dupla desde Piraí do Sul até o Porto de Paranaguá.

O tráfego de veículos, especialmente o de caminhões, continua aumentando bastante a partir de Wenceslau Braz em decorrência do escoamento da safra de cereais vindas do Norte do Paraná e do Mato Grosso do Sul. A partir de Jaguariaíva a intensidade

aumenta com os veículos que se destinam ou vêm do Estado de São Paulo, via Itararé.

As estatísticas demonstram que o tráfego de veículos entre Jaguariaíva e Ponta Grossa é hoje, seguramente, o segundo mais intenso do Estado do Paraná, justificando-se que a obra seja complementada com a duplicidade Pirai do Sul - Jaguariaíva.

Sala das Sessões, em 27.05.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Digníssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Engenheiro HEINZ GEORG HERWIG, solicitando a inclusão da rodovia que liga a sede do Município de Cascavel ao Município de Assis Chateaubriand, passando pelo Distrito de Espigão Azul.

Sala das Sessões, em 27.05.87.

(a) DAVID CHERIEGATTE

JUSTIFICATIVA:

Dentro da malha rodoviária da Região Oeste do Estado do Paraná, essa rodovia reveste-se de vital importância, pois atende a uma das áreas mais produtivas, ligando, inclusive, dois pólos de desenvolvimento, Cascavel e Assis Chateaubriand.

Com a inclusão do Município de Assis Chateaubriand, passando pelo Distrito de Espigão Azul, irá aumentar o intercâmbio comercial com Cascavel, tão necessário para auxiliar no desenvolvimento daquela localidade, que hoje, para qualquer comercialização, quer dos produtos agrícolas, quer de outros gêneros comerciáveis, exige um desvio por Toledo, para se avizinhar da Cidade Cascavelense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente, ao Senhor Diretor Presidente do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ, solicitando a instalação de posto avançado do mesmo, no Distrito de Dr. Oliveira Castro, Município de Guaíra.

Sala das Sessões, em 27.05.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Dr. Oliveira Castro, possui 4 mil habitantes e representa um dos grandes celeiros agrícolas do Oeste paranaense além de ser importante centro econômico. Dessa forma, entendemos de fundamental importância a instalação do posto avançado do BANESTADO no referido Distrito.

REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER uma política habitacional mais efetiva por parte dos órgãos governamentais responsáveis, para atender as urgentes necessidades do setor.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente as autoridades abaixo nominadas, solicitando que seja adotada uma política mais efetiva em busca de soluções para atender a grande demanda atual do setor.

1. Presidente da Caixa Econômica Federal Senhor Marcos Freire.
2. Presidente do Banco Central do Brasil Doutor Fernando Milliet.
3. Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Senhor Deni Lineu Schwartz.

Sala das Sessões, em 27.05.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Após a extinção do Banco Nacional da Habitação, em novembro do ano passado, todas as contratações para novas obras públicas no setor habitacional estão paralisadas.

As normas que eram determinadas pelo BNH foram diluídas em quatro órgãos, BANCO CENTRAL, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, e CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL.

A CAIXA ECONÔMICA determinou aos estados a operacionalização das unidades habitacionais, conforme as necessidades de cada local. O Banco Central, por sua vez, reduziu o prazo de financiamento de vinte e cinco para quinze anos; aumentou o coeficiente de equivalência salarial de quinze para dezoito (o que eleva em 30% o preço da unidade sobre o valor bruto), e reduziu o comprometimento salarial do mutuário de 35 para 25%. Ou seja, para se candidatar a um imóvel da COHAB, a pessoa tem que ter renda mínima de 7,9 salários-mínimos, enquanto que em 1986 eram necessários 5 salários.

Atualmente no Paraná o déficit habitacional é de aproximadamente 400 mil unidades de casas populares sendo que a maioria dos inscritos tem renda mensal abaixo dos cinco salários mínimos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Se-

Shor HEINZ GEORG HERWIG, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção e uma passarela de aproximadamente 150m, sobre o Rio Corumbataí, no trecho do Município de Barbosa Ferraz ao Município de São João do Ivaí, do Bairro São Judas Tadeu ao Bairro de Vista Alegre no Município de São João do Ivaí.

Sala das Sessões, em 27.05.87.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

A construção de uma passarela sobre o trecho mencionado trará benefícios a aproximadamente cinquenta famílias residentes naquelas localidades, as quais percorrem 17 Km e locais de difícil acesso à sede do Município de São João do Ivaí.

Com uma passarela sobre o Rio, interligando esses bairros, a população poderá se beneficiar também da sede do Município de Barbosa Ferraz a apenas 5 Km de distância, cuja estrada se encontra em ótimas condições de tráfego.

Habitualmente a população fazia este trajeto através de uma balsa, entretanto, com a construção da rodovia asfaltada que atinge outras regiões do Município, houve a desativação da balsa, motivo pela qual justifica-se tal reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o asfaltamento do trecho de aproximadamente 2 km, no acesso do município de Fênix à Reserva Florestal Vila Rica do Espírito Santo.

Sala das Sessões, em 27.05.87.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

A Reserva Florestal Vila Rica do Espírito Santo, é uma valiosa relíquia da região e no local está sendo construído um museu, por iniciativa da Prefeitura Municipal de Fênix, o qual preservará historicamente a Reserva e atrairá sem dúvida, um grande número de visitantes.

Assim, entendemos que é seguramente uma justa reivindicação e temos certeza que o asfaltamento deste trecho permitirá a facilidade de acesso ao museu, beneficiando assim todo o Município de Fênix, o Vale do Ivaí, a população do Paraná e os mais diversos turistas que por ali passarão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Dela-

zeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes; Heinz Georg Herwig, solicitando a inclusão no Programa de Rodovias Rurais do Governo Álvaro Dias da pavimentação asfáltica da estrada rural que, iniciando em Guaíra atinge o Distrito de Dr. Oliveira Castro, passando pelas localidades de Vila São Domingos e Cruzeirinho, no mesmo Município.

Sala das Sessões, em 27.05.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

JUSTIFICATIVA:

Este trecho é o mesmo que em tempos passados, permitia a ligação rodoviária para Marechal Cândido Rondon, Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu. Trata-se de uma estrada pioneira que sempre serviu a um elevado contingente de munícipes, em especial aos agricultores e pecuaristas. A pavimentação dessa estrada fará justiça à comunidade do município de Guaíra, que com a formação do reservatório do Lago de Itaipu, teve as suas propriedades prejudicadas e, em alguns casos, desvalorizadas.

As localidades beneficiadas com esta pavimentação, seriam a Vila São Domingos e Cruzeirinho, que concentram um considerável número de agricultores, responsáveis por um grande percentual de toda produção agrícola do Estado, os quais encontram dificuldades para o escoamento de suas safras.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expedientes aos Senhores: Álvaro Dias, Digníssimo Governador do Estado, e Belmiro Valverde Jobim Castor, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, no sentido de estudarem a viabilidade de se oferecer melhores condições, tanto aos alunos como aos professores da Escola Estadual Jardim Guanabara, localizado no Município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 27.05.87.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

A citada escola funciona em precárias condições junto à Escola Municipal Rubens Lopes, suas paredes de madeira estão em péssimo estado de conservação, trazendo inclusive riscos de vida não só aos alunos, como também aos professores e demais membros da entidade.

Anexamos ao presente, cópia do ofício enviado pela Escola Estadual Jardim Guanabara, além do abaixo assinado de autoria dos moradores do Jardim Guanabara.

Outrossim, além da má conservação, existe a deficiência no ministrar de aulas

pois, por falta de condições e escassez de salas de aula, a biblioteca está sendo utilizada como sala de aula, não permitindo o trabalho de recuperação dos alunos.

ESCOLA ESTADUAL JARDIM GUANABARA
Rua Manoel Ribas, S/N. - Jardim Guanabara
Ofício n. 006/87

Cascavel, 12 de março de 1987.

À FUNDEPAR
Rua dos Funcionários
CURITIBA - PR
Prezados Senhores.

Servimo-nos do presente para informar a Vossas Senhorias, que a Escola Estadual Jardim Guanabara foi criada no final do ano passado, conforme resolução n. 5.291/86 de 09.12.86 e está funcionando precariamente junto a Escola Municipal Rubens Lopes.

Para este ano de 1987, foram diminuídas duas ^a 1. séries para sobra-rem salas para as 5. séries que começaram a funcionar e isto não foi visto com bons olhos pelos moradores da Vila Neva. E no próximo ano, com o aumento das turmas de 5. ^a e 6. ^a séries, conforme relacionado abaixo, teríamos que diminuir mais ainda as turmas, o que será impossível devido a resistência da comunidade que é muito unida e participa muito da Escola. Inclusive nos ocorreu usarmos o horário intermediário, porém este é muito incômodo para os pais que trabalham fora e mesmo para os que não trabalham, pois o horário de almoço nunca coincide com o dos pais.

A Escola Rubens Lopes possui 8 salas de aula, sendo que 03 (três) destas salas são de madeira e estão em péssimo estado. Além disso a nossa Biblioteca está sendo utilizada como sala de aula e as crianças acabaram por ficar sem local para pesquisa, em prejuízo ao trabalho de recuperação que a supervisora costumava desenvolver com eles.

Para o próximo ano temos uma previsão de 04 (quatro) 5. ^a séries, 2 (duas) 6. séries, e 01 (uma) 7. ^a série e mais 14 (quatorze) turmas de 1. a 4. séries que teremos que manter.

Reunimos os pais das crianças, os moradores da Vila Nova, a Associação de Bairros e os Professores da Escola e expusemos o problema das salas de aula de madeira, que estão em péssimo estado, e das salas que nos faltarão para abrigarmos todos os alunos no próximo ano.

A comunidade achou por bem levarmos o problema ao conhecimento das autoridades competentes, inclusive ao Governo do Estado, para tomar as medidas necessárias e urgentes na ampliação de salas de aula, uma vez que a Vila Neva é um bairro muito grande e os pais não querem deslocar seus filhos para estudarem em outras localida-

des.

Sendo só para o momento e contando com o apoio de Vossas Senhorias, subscrevemo-nos

Atenciosamente

(a) MICHALINA KIÇULA SOCHODOLAK
Diretora Municipal

(a) EOLÁLIA ARTIFON SILVA
Diretora Estadual

(a) OLÍVIO STOVSKI
Presidente da APM

(a) OTAVINO R. DO NASCIMENTO
Presidente da Associação de Bairros
cc.:

Governador do Estado do Paraná
Secretário da Educação
Secretário Estadual da Administração
Prefeito Municipal de Cascavel
Secretário Municipal de Educação
Chefe do Núcleo Regional de Cascavel
Deputado Estadual David Cheriegate
Vereador Giovani Batista Paludo
Vereador Renato Silva

ATA N. 003/87

Aos quatorze dias do mês de abril de um mil novecentos e oitenta e sete, estiveram reunidos em uma das salas de nossa escola, os pais e alunos de 1. ^a a 6. ^a séries, e as irmãs aqui da nossa comunidade. A diretora, professora Eulália, iniciou a reunião, colocando as duas principais questões da pautas: o pedido que será enviado ao Senhor Secretário de Educação e outros órgãos, para construção das salas de aula para os nossos alunos que estão chegando nesta escola e a "Preparação para a Páscoa" que as irmãs farão. A irmã iniciou falando sobre a importância da família na formação da sociedade, de nossos alunos, sobre a participação dos pais na vida, na religião, na educação das crianças. Falou também sobre o amor dos pais para com seus filhos, no diálogo, no interesse que estes deverão manifestar. Na importância da união entre os pais, professores, escola, todos unindo esforços para um objetivo comum, que é a formação dessas crianças da nossa escola. Em seguida a irmã iniciou uma projeção de slides, "A Via Sacra". Terminados os slides, as irmãs sugeriram que nas próximas reuniões devemos pedir o salão da Igreja e como os pais gostaram do tema do nosso encontro, elas se prontificaram a sempre trazer uma palestra formativa para a educação. Nada mais havendo a tratar, encerramos a reunião.

(aa) Diversas assinaturas ilegíveis.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 078/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré o lote de terreno, com área de 2.425,00 m² sendo 53,30 m de frente para a rua principal daquela localidade, conforme registro n. 12.923, de 12 de janeiro de 1940, Livro 3-D de transcrições da 1.ª Circunscrição de Registro de Imóveis de Curitiba; sendo o referido lote de propriedade do Estado.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.05.87.

(a) ACYR MEZZADRI

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei visa atender a reivindicações da comunidade de Almirante Tamandaré, através de seu Prefeito Municipal, e tem como finalidade a construção de sede social e esportiva. Julgando encontrar-se o imóvel sem fins específicos para uso do Estado, cremos que a doação aqui proposta é medida das mais justas e oportuna, razão pela qual solicitamos o devido apoio aos nobres Pares.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Comarca de Curitiba - Estado do Paraná
Registro de Imóveis - 1.ª Circunscrição
Rua XV de novembro, 270 - Ed. Minas Gerais
5.º andar - Conj. 502 e 506 - Fone 23-8331
Oficial: ELBE POSPISSIL

CPF 000515199-68

Ped. Cart. Alm. Tam.

CERTIFICO que do livro 3-D de transcrição das transmissões, deste cartório, sob n. de ordem 12.923 e com data de 12 de janeiro de 1940, consta o registro do teor seguinte: "CIRCUNSCRIÇÃO: Curitiba. SITUAÇÃO: Vila de Tamandaré. CARACTERÍSTICOS: Um terreno com a área de 2.425,00m², tendo 59,30 m de frente para a rua principal de Tamandaré distrito do mesmo nome, município de Curitiba, confrontando com Domingos Scucato na extensão de 67,50m, com os transmitentes na extensão de 52,70m e fundos com o rio Barigui, na extensão de 30,50m, terreno esse em que se acha edificada a Casa Escolar da mesma vila. Reg. anterior: n. 4.050 do livro 3-A de 1931. ADQUIRENTE: o Estado do Paraná. TRANSMITENTE: O Centro de Lavoura, Indústria e Comércio de Tamandaré, com sede na vila de Tamandaré. TÍTULO: Permuta. FORMA DO TÍTULO: Escritura lavrada aos 21 de dezembro de 1939 pelo 1.º Tabelião desta cidade. VALOR: 1.500\$000 (um conto e quinhentos mil réis). CONDIÇÕES: Não há. (a) Flávio F. da Luz, Oficial."..... OBSERVAÇÃO: O imóvel referido nesta certidão não está mais subordinado a esta C.I.. NADA MAIS DOU FÉ.

Curitiba, 25 de abril de 1984.

(a) Oficial Maior

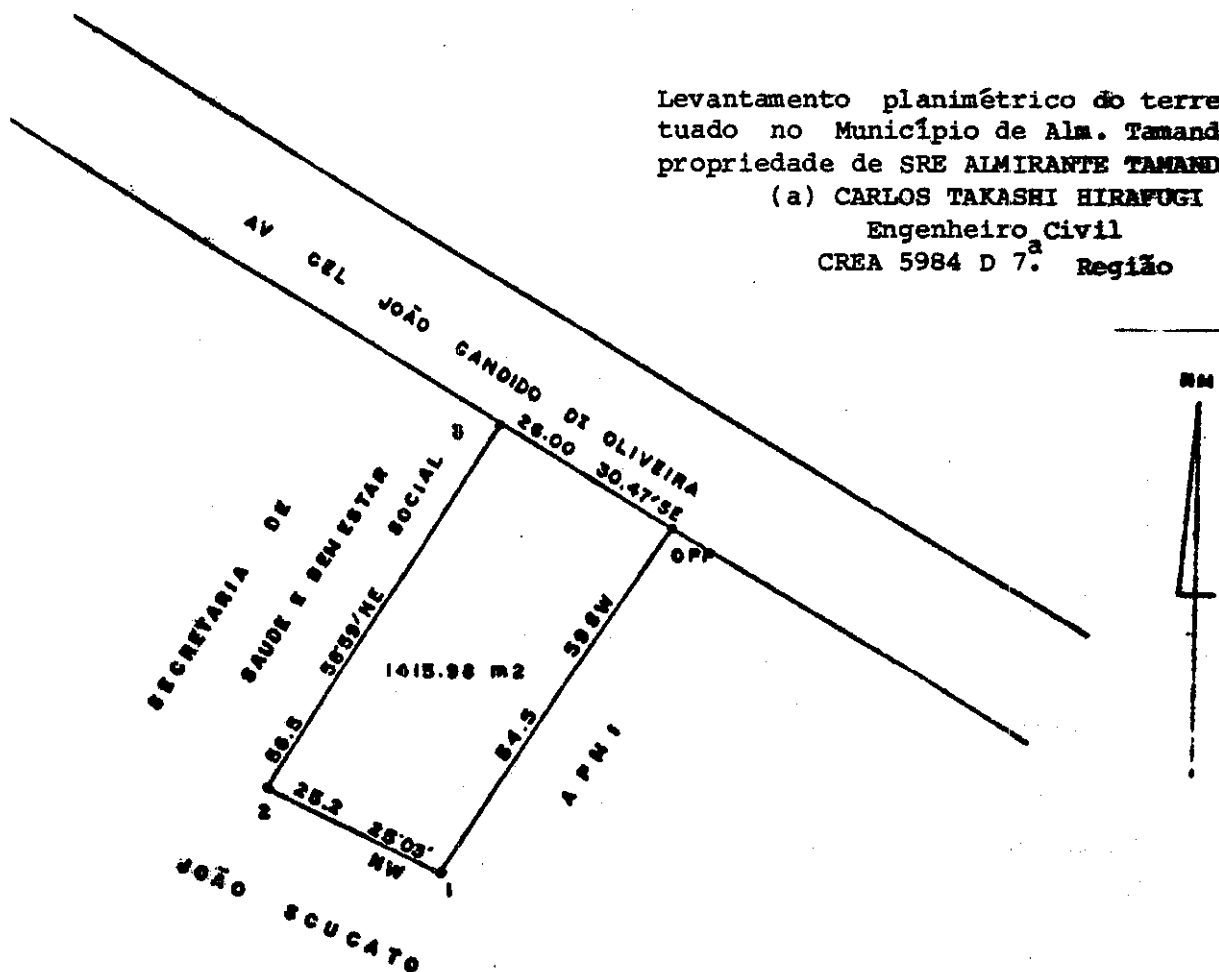
Custas: Cz\$ 1.440,00

Levantamento planimétrico do terreno situado no Município de Alm. Tamandaré de propriedade de SRE ALMIRANTE TAMANDARÉ.

(a) CARLOS TAKASHI HIRAFUGI

Engenheiro Civil

CREA 5984 D 7.ª Região



CARLOS TAKASHI HIRAFUGI

Engenharia Civil

Av. Anita Garibaldi, 1549 - Ahú de Baixo

Curitiba - Paraná

MEMORIAL DESCRITIVO E CONFRONTAÇÕES DO IMÓVEL PERTENCENTE A SOCIEDADE NO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ.

| Estações | Rumos Calculados | Deflexões | Caminhamento | Distância |
|----------|---------------------|-----------|--|-----------|
| OPP | 59° 00 SW | | Do ponto de partida anteriormente descrito, seguiu-se por linhas secas confrontando -se com terras da APMI, chega-se a estação seguinte ao | 54,5 |
| 1 | 25° 03 NW | 85° 57'D | Seguindo por linhas secas e confrontando-se com terras de João Scucato, chega-se à estação seguinte aos | 25,2 |
| 2 | 58° 59'NE | 94° 02'D | Seguindo-se por linhas secas e confrontando-se com terras da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, chega-se à próxima estação aos | 56,2 |
| 3 | 30° 47' SE | 90° 14'D | Seguindo-se pela Av. Cel João Candido de Oliveira, chega-se ao ponto de partida aos | 26,00 |
| OPP | 59° 00SW | 89° 47'D | Ficando assim fechada a poligonal. | |

(a) CARLOS TAKASHI HIRAFUGI

PROJETO DE LEI N. 079/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo, autorizado a doar ao Município de Imbituva o imóvel constituído pelo terreno rural situado na localidade de "Guaramiranga" medindo 12.100 m², adquirido pelo Estado do Paraná a título de doação do próprio Município, matriculado sob n. 12.219, Livro 3-C do Cartório do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Imbituva.

Art. 2.º - O imóvel de que trata o art. 1.º, será destinado à construção de uma Subprefeitura, objetivando proporcionar um melhor atendimento à população local.

Art. 3.º - No caso de utilização diversa da especificada no artigo anterior, o imóvel reverterá ao patrimônio do Estado.

Art. 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrárias.

Sala das Sessões, em 27.05.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado do Paraná
Comarca de Imbituva
Registro de Imóveis
Dalva Reni da Silva Gomes
Oficial

C E R T I D ã O

CERTIFICO a pedido verbal de parte interessada e para fins devidos que, revendo neste Ofício, o livro 3-C, de TRANSCRIÇÃO DAS TRANSMISSÕES, nele às fls. 116, consta o seguinte:

NÚMERO DA ORDEM: 12.219. DATA: 15 de setembro de 1948. CIRCUNSCRIÇÃO: Imbituva. DENOMINAÇÃO OU RUA E NÚMERO: Guaramiranga. CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES: Consta de um terreno de faxinal contendo a área de ta metros de frente para a rodovia Foz do sito na sede do Distrito Judiciário de Guaramiranga, deste Município, com quarenta metros de frente para a rodovia Foz do Iguaçu, divo, digo, dividindo com Marcos Iensen, estrada para Perdido, ainda e finalmente, com Marcos Iensen. Registro anterior: 12.202. NOME, DOMICÍLIO E PROFISSÃO DO ADQUIRENTE: Estado do Paraná, NOME DOMICÍLIO E PROFISSÃO DO TRANSMITENTE: Prefeitura Municipal de Imbituva. TÍTULO: Doação inter vivos. FORMA DO TÍTULO, DATA

E SERVENTUÁRIO: Escritura pública feita em 24.08.48, Tabelação desta cidade, Sr. Diderot Pedroso. VALOR DO CONTRATO: Cr\$ 2.000,00. CONDIÇÕES DO CONTRATO: Puro e simples. Nota. Está isento de selos por ser adquirente por Doação, o Estado do Paraná. AVERBAÇÕES. Nada consta.

Nada mais se continha em dita transcrição, da qual extraí a presente Certidão, que dou fé, dato e assino.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Imbituva, 18 de setembro de 1984.

Dalva Reni da Silva Gomes

(a) Oficial

Registro de Imóveis

Comarca de Imbituva - Est. do Pr.

Dalva Reni da Silva Gomes

Oficial

Custas

Cart. Cr\$ 1.124,00

Buscas 1.124,00

TOTAL 2.248,00

PROJETO DE LEI N. 080/87

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Ficam criados no Departamento da Polícia Civil cargos de provimento em Comissão, símbolo 9-C, de subdelegado de Distrito da Zona Rural.

Art. 2.º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de trinta dias contados da data de sua publicação.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.05.87.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A proposição é necessária e oportuna, eis que virá dotar a Polícia Civil do Estado de um novo e importante instrumento legal com vistas ao melhor funcionamento da estrutura policial na zona rural do Estado.

Atualmente, os ocupantes destas funções não recebem qualquer remunerações dos cofres públicos, embora prestem relevantes serviços no resguardo da segurança da comunidade, enfrentando muitas vezes risco de vida e, até mesmo, despendendo de recursos pessoais para o fiel desempenho de suas atribuições.

Nestas condições, visa a presente proposta regularizar esta situação indefinida até o momento.

Assim sendo, levamos à consideração dos ilustres Pares a medida proposta, esperando que se dê apoio e posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N. 081/87

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Autoriza o Poder Executivo criar em cada delegacia de Plantão da estrutura da Polícia Civil do Paraná, um cargo de Assistente Social, Advogado e Psicólogo.

Parágrafo Único - Os profissionais para ocupação dos cargos deverão estar inscritos em seus respectivos órgãos de classe.

Art. 2.º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei num prazo de sessenta dias a partir da data de sua publicação.

Art. 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.05.87.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A medida em que o indivíduo se transforma, a sua lei também é transformada. As unidades básicas de execução do Sistema Policial do Estado contam em sua estrutura com pessoal treinado para a recepção dos presos (pessoas com problemas) e encaminhamento de acordo com as devidas sentenças. Destaca-se daí a inexistência quase que total de mecanismos de prevenção e acompanhamento profissional que leve o indivíduo a sua superação da problemática envolvida, bem como um amadurecimento para a convivência, em sociedade, pelos valores educacionais e de virtude não pela força desagregante com que procuram conquistas sem espaços.

Com o amadurecimento de cada indivíduo, se realiza também o amadurecimento da coletividade, da qual o homem é a primeira e mais sólida base.

Junte-se a isto que a atuação de profissionais com habilitação específica muito contribuirá para a reabilitação de detentos, bem como poderá recolocá-los na comunidade integrando-os mais adequadamente à vida social.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Finda a leitura do expediente, no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado David Cheriegate, inscrito.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No mínimo é uma atitude moralmente deplorável a que o Senhor Presidente da República tem empregado na distribuição de favores, para subordinar a classe política ao capricho de cinco anos de poder.

É alucinógeno, paranóia absoluta colocar a solução dos graves problemas nacionais, como dependentes na duração do mandato presidencial. A Constituinte, livre e soberana, decantada pelo PMDB desde o seu nascimento, nunca foi soberana. Agora já nem é livre.

Assim o governo da Nova República, instalado com o compromisso de ser um governo para todos, torna-se o governo de alguns. A oligarquia de José Ribamar Sarney da Costa, essa administração maravilhosa e moralizada, 80% da Nação a repudia e rejeita conforme recente pesquisa de opinião pública.

No comboio deste alegre e desastroso comandante, o Governador Álvaro Dias, sempre eloqüente e intransigente defensor dos interesses populares, no intuito de suavizar o ônus da contabilidade pública dos paranaenses, embarcou todo feliz, com a bancada peemedebista que o segue, na aliança dos apaniguados e apadrinhados da Nova República.

Enfim, a velha máxima de que aos amigos se lhes confere os favores e aos adversários, a justiça, sempre tão deplorada no discurso do PMDB, volta empafiosa a ditar o figurino democrático do governo. Não é este, todos nós sabemos, o caminho a percorrer. Temos de reconhecer, como diz Ulisses Guimarães, 1.º Ministro da Nova República, digo o imortal Presidente Nacional do PMDB, "que uma casa dividida não saberá opôr-se com êxito ao assalto dos inimigos". Se o conflito e os dramas do atual governo vertem os desencontros das idéias, a solução não é o uso da força do poder para o alijamento dos que discordam da forma como o poder deve ser exercido.

A condução política de favorecimento que vem sendo arrostanda por José Sarney, Bresser Pereira, e seus áulicos, converge para o descrédito ainda maior do governo, com tendências a aceleração do caos político que se implantou no poder, de consequências imprevisíveis para a Nação, que carente de moralidade caminha para o desgoverno do "salve-se quem puder". A razão e os ideais declinando das conveniências, evidentes e subterrâneas, sepultam as mesmas esperanças que o Governo um dia acenou concretizar, ou seja, a construção de uma Nação livre e feliz, fim de todos os governos que prezam o povo como meta de poder.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Senhor Deputado Algaci Túlio, inscrito.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

A imprensa é uma peça fundamental em um regime democrático.

Nos Países democráticos, a imprensa exerce um papel de vigilância, fiscalizando as administrações, e cobrando dos administradores o trabalho e correção.

Este é o papel da verdadeira imprensa. É este o papel que todos nós, profissionais conscientes, nos esforçamos por cumprir.

Tivemos, recentemente, um episódio que, mais uma vez, ressaltou a importância do papel da imprensa, de uma imprensa livre. Foi o caso das denúncias feitas pelo Jornalista "Jânio de Freitas" do Jornal "A Folha de São Paulo", quando trouxe a público as fraudes com relação à concorrência da Ferrovia Norte-Sul.

E é por isso que estou encaminhando a esta Casa, hoje, votos de congratulações a esse jornalista que, evidentemente, são extensivos a todos os homens de imprensa, que procuram, diariamente levar ao público leitor aquelas informações, notícias, denúncias, críticas e, às vezes até, os elogios do que acontece no dia-a-dia.

Graças a um jornal independente, o povo tomou conhecimento de um dos maiores escândalos dos últimos tempos em nosso País.

Mas não é fácil fazer imprensa. Há casos de jornalistas como Mário Eugênio, por exemplo, de Brasília, o qual foi morto, por investigar as atividades do esquadrão da morte; e há outros jornalistas que também pagaram com suas próprias vidas, outros foram condenados e até presos por desempenharem atuações voltadas para o interesse do povo.

E, agora, por exemplo, aqui em nosso Estado, em nossa Capital, dentro do próprio Palácio Iguaçu, Senhores Deputados, ocorreu mais um caso de ameaça a um profissional de imprensa, em função de suas investigações e denúncias de corrupção.

A Jornalista Maria do Carmo Batiston, da "Folha de Londrina", fez uma série de reportagens denunciando os escândalos com relação ao contrabando de café, soja e outras irregularidades que se verificam no Porto de Paranaguá.

Esse contrabando de soja está vinculado com a soja paraguaia, como também a soja paranaense contrabandeada para o Paraguai, e depois exportada como se tivesse sido produzida naquele País vizinho.

Ocorre que a repórter foi ameaçada ostensivamente pelo Cônsul Paraguaio, Justus Almada, na saída de uma audiência com o governador Álvaro Dias.

Vejam os Senhores que petulância!

Um estrangeiro dentro do Palácio Iguaçu, faz ameaças a uma repórter. O Cônsul do Paraguai dirigiu ameaças à reporter e à sua família. Este fato foi tão grave que o

Governador Álvaro Dias emitiu uma nota oficial condenando a atitude do Cônsul Paraguaio. E a repórter agora, para poder desempenhar as suas funções, é obrigada a sair sob proteção policial para continuar a executar o seu trabalho.

Vejam os Senhores como é difícil fazer uma imprensa livre e mostrar os fatos que acontecem neste País, os escândalos que atingem vários setores. É um absurdo que fatos como esse ainda estejam acontecendo dentro da Nova República.

E é por isso que eu ocupo este espaço, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para trazer aqui também, o meu repúdio a esse Cônsul Paraguaio.

Nesse sentido, também a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa marcou para a próxima terça-feira, às 10:00 horas, uma audiência, quando a Jornalista Maria do Carmo Batiston será convidada para prestar informações, a fim de que esta Casa tome providências quanto ao que está acontecendo com relação à imprensa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Com a palavra o Senhor Deputado José Alves, inscrito.

O SR. JOSÉ ALVES - Senhor Presidente, Senhores e Senhores Deputados.

Hoje uso esta tribuna para falar mais uma vez do pobre homem da agricultura paranaense e brasileira, que a cada dia que passa está enfrentando situações cada vez mais difíceis, perdendo propriedades, sacrificando sua família, sem receber qualquer atenção dos governantes do Paraná e desta Nação.

Ainda ontem recebi um telefonema de um agricultor amigo, do Município de Nossa Senhora das Graças, situado a 80 Km de Maringá, o qual deve ao BANESTADO. Para não ter a sua propriedade tomada pelo banco, ele necessitou vender a máquina de costura da esposa, a geladeira e um burro, animal de estimação, de sua propriedade há muitos anos e que o ajudava na lavoura.

Então, Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu pergunto se o Presidente da República desconhece a situação em que se encontra o agricultor brasileiro. Hoje, por exemplo, em vista do alto preço do custeio da lavoura de café, como dono de uma minipropriedade, terei que desembolsar dinheiro de outras fontes para poder mantê-la.

É lamentável a situação em que se encontra o agricultor brasileiro, pois ele precisa trabalhar contra o frio, a seca, as chuvas, as geadas e até contra o Presidente da República, que deixa de prestigiar o milho, arroz e feijão brasileiros e

vai buscar tudo no exterior.

É uma vergonha que num País igual ao nosso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, com 8.500 mil Km² de terras férteis um País onde chove abundantemente, com um clima tropical, um País que produz em abundância, é uma vergonha, repito, que tenhamos que comer arroz, feijão, leite, carne e trigo importados, e até mesmo café.

Será que o Presidente da República e o pessoal de Brasília não conseguem ver que o nosso pobre e sacrificado agricultor brasileiro deveria ter um melhor atendimento? A nossa agricultura está falindo, a nossa agricultura está acabando. O homem da lavoura está perecendo, abandonando suas terras. Os fazendeiros estão comprando os lotes dos pequenos, tornando-se proprietários de extensões de terra cada vez maiores. E o pobre agricultor que chegou no Paraná, comprou três, quatro, cinco, dez, quinze alqueires, está acabando, Senhores Deputados. Está acabando porque não tem o respaldo do governo; ele quer produzir, ele quer colher pelo menos para si e sua família, mas não tem respaldo.

E quando este agricultor tão sofrido chega aos sessenta e cinco anos de idade, sonha com a aposentadoria, porque durante toda a vida só sofreu.

Antes de ontem, pude ver um agricultor procurando o Funrural para se aposentar, já que estava com sessenta e cinco anos. Que burocracia! Que burocracia para um homem com sessenta e cinco anos, com a coluna arqueada de tanto trabalhar, se aposentar. Ele precisa levar uma série de documentos, passar por perícia médica, ter comprovante de onde ele trabalhou durante a sua vida.

Que País é esse? Pelo amor de Deus, Senhor Presidente, Senhores Deputados!

Ontem eu fiquei abismado de ver o sacrifício de um homem com sessenta e cinco anos de idade receber sua aposentadoria. E que aposentadoria: meio salário-mínimo. Meio salário-mínimo! Até parece que o nosso Presidente, até parece que os homens que fazem as leis deste País odeiam o homem da lavoura, o pobre agricultor.

É lamentável ver a situação do agricultor brasileiro, pobre coitado, com meio salário-mínimo, uma esmola. Que País, o Brasil, onde o homem da lavoura, infelizmente, não tem ninguém por ele. É lamentável!

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Com a palavra o nobre representante de Maringá, Senhor Deputado Lindolfo Júnior, inscrito.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada

Vera Agibert, Senhora Deputada Amélia Bruschka, Senhora Deputada Ironi Pugliesi.

Ocupamos a Tribuna desta Casa de Leis, Senhor Presidente, para aqui lembrar aos nobres Pares, que hoje, às 16:00 horas, uma Comissão composta por representantes do Município de Sarandi onde este Parlamentar obteve o maior número de votos nas últimas eleições, ao lado também do Senhor Deputado José Alves, do Senhor Deputado Antônio Bárbara, do Senhor Deputado Ferrari Júnior, solicitará ao Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Mário Lopes dos Santos, a elevação do Município de Sarandi a Comarca, mesmo porque, Senhor Presidente, Senhores Deputados, hoje Sarandi já representa mais de 60% dos autos dos processos ajuizados no Fórum da Comarca de Marialva.

O Município foi criado através de uma Lei do ex-Deputado Estadual, ex-candidato a Prefeito da nossa Cidade, Antônio Facci, que com muito brilhantismo passou por esta Casa de Leis.

Hoje o Município conta com mais de 50 mil habitantes e tem apenas quatro anos de idade, habitado por um povo pujante, que cresce a cada dia. Assim sendo, nós não poderíamos, Senhor Presidente, deixar de manifestar a nossa solidariedade, o nosso apoio. Há, inclusive, um requerimento do Senhor Deputado José Alves, reiterando o apelo ao Presidente do Tribunal de Justiça, para que na próxima Lei de Divisão e Organização Judiciária eleve o Município de Sarandi a Comarca.

Vale a pena lembrar que o Prefeito Júlio Bifon, do Município de Sarandi, já designou uma comissão para cuidar desse problema; já temos o local para construção do Fórum da nova Comarca de Sarandi, e casas para os juízes; temos toda a infra-estrutura necessária para que Sarandi seja elevada a Comarca.

Senhor Deputado José Alves. Como Vossa Excelência deve lembrar, já votamos requerimento que tratava a esse respeito, apresentado na ocasião do encontro da Comissão Pró-Comarca de Sarandi com o Desembargador e os Parlamentares que representam aquele Município.

Gostaria que Vossa Excelência soubesse que tem e terá novamente o nosso voto favorável.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o nobre Senhor Deputado Quiel-se Crisóstomo da Silva, inscrito.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA - Senhor Presidente, Nobres Senhores Deputados.

Inicialmente nós queremos fazer um reparo no pronunciamento do nobre Deputado José Alves, quando ele diz que a política do PMDB vai mal.

Apesar dos erros da política do PMDB em termos nacionais, nós poderíamos fazer, já neste Governo, um relatório que talvez causasse inveja a muitos quatro ou cinco anos de outros governadores.

E o principal motivo que me traz à tribuna é a comunicação que devo fazer ao Paraná quanto às obras para as quais o Governador Álvaro Dias conseguiu recursos federais ainda nesta semana, demonstrando que, apesar de a política nacional do Partido estar com um conceito que não é dos melhores, a personalidade, o vigor e a juventude, a dedicação e a persistência do Governador do Paraná, Álvaro Dias, tem demonstrado que, em meio às dificuldades, também se viabilizam obras e das mais difíceis, do que dou testemunho, pois sou Deputado já há quase vinte anos.

Quantas jornadas foram feitas até Brasília, quantas vezes eu, como filho de Bocaiúva do Sul e Adrianópolis, que pertencem à Comarca e antigo Município de Bocaiúva do Sul, nós fizemos caravanas, junto até com ex-governadores, ao Ministério dos Transportes, para tratar do asfalto que liga Curitiba à Cidade de Adrianópolis.

Esta região que é a garantia da subsistência da agricultura do Paraná, porque o Município de Adrianópolis tem a totalidade do seu subsolo já pesquisado e ali estão as grandes reservas minerais para correção do solo do Norte do Paraná, as quais vêm da Região de Bocaiúva do Sul, Campina Grande, Rio Branco do Sul, Tamandaré.

Este Governo está fazendo o asfalto que liga o Município de Rio Branco do Sul a Cerro Azul, margeando Rio Ribeira até Adrianópolis, e nós já não esperávamos mais do que recebemos do Governo passado, quando o Ministro dos Transportes era um paranaense, ou seja, os 15 km de asfalto que ligam Curitiba a Bocaiúva do Sul.

Hoje, para surpresa nossa - e para surpresa, quiçá, desta Casa de Leis e do Estado do Paraná - o Governador Álvaro Dias nos comunica que conseguiu do Governo Federal os recursos para o asfaltamento dos 104 km que ligam Curitiba a Adrianópolis. Não havia perspectiva nenhuma de se fazer esta obra porque a estrada é federal, e, segundo levantamento de alguns tecnocratas do Governo Federal, ela não tinha viabilidade econômica. O Governador do Estado, Senhor Presidente Anibal Khury, o qual é um grande militante da Região Metropolitana, acaba de comunicar oficialmente a um grupo de Deputados, que teve o privilégio de estar com ele durante o almoço de

hoje, que conseguiu - não a promessa - mas sim o compromisso do Ministro dos Transportes do asfaltamento da ligação de Bocaiúva do Sul com a Cidade de Adrianópolis, num total aproximado de 80 km.

E quando eu pensei ter conseguido a maior e a única conquista como Parlamentar deste Governo que ora inicia, quando falávamos ainda sobre a ponte que liga o Estado do Paraná ao Estado de Mato Grosso e ao Paraguai, eu dizia ao Sr. Governador que para que o meu mandato ficasse justificado, eu precisaria até o fim do seu governo ouvir mais uma notícia - como Deputado do Noroeste do Paraná: o asfaltamento de Querência do Norte até Pontal do Tigre. E ele me autorizou, e autorizado estou, a comunicar ao Paraná, que o Ministro dos Transportes não está comprometido somente com a estrada que liga Bocaiúva do Sul ao Estado de São Paulo por Adrianópolis, como também com a que liga Querência do Norte até Pontal do Tigre.

Obrigado meu Presidente e parabéns ao Partido em que recém entrei, porque estamos com um dos melhores Governadores que o Paraná já teve: Álvaro Dias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, inscrito.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Queremos endossar as palavras do ilustre Deputado Quielise Crisóstomo e discordar, ao mesmo tempo, das palavras do ilustre Deputado pela cidade de Maringá, José Alves, quando, ocupando a tribuna deste Poder Legislativo acusava o Governador do Paraná, Álvaro Dias, de que nada teria feito pela agricultura paranaense. Talvez esteja desinformado o ilustre Deputado, pois sendo um homem do meio de comunicação do Paraná, teria a obrigação acima de tudo, como Parlamentar e homem de comunicação, de acompanhar e fiscalizar ao mesmo tempo o trabalho do Poder Executivo paranaense.

Vossa Excelência, Deputado, talvez tenha esquecido, ou não se preocupou com o povo paranaense no setor agrícola, mas todos sabemos que o Governador Álvaro Dias determinou ao Banco do Estado do Paraná que não protestasse os agricultores em débito com o Banestado até o valor correspondente a Cz\$ 200.000,00.

Vossa Excelência peca por estar desinformado, porque as medidas tomadas pelo Governador Álvaro Dias foram medidas para salvar os pequenos produtores desse Estado. E não são essas somente as medidas determinadas pelo Governador do Paraná. O Governador Álvaro Dias tem sido um exemplo

de governador, administrando de uma forma coerente e responsável e, acima de tudo, procurando estar sintonizado com as dificuldades atravessadas pelo País.

Sabemos que pela habilidade do Governador Álvaro Dias, pela sua experiência de vida: pública e pelo seu modo humano de administrar a coisa pública está conseguindo muitas e muitas coisas de interesse da sociedade paranaense, principalmente no que diz respeito ao escoamento da produção agrícola do nosso Estado. Tratam-se de obras que serão implantadas em breve e que Vossa Excelência terá oportunidade de ver e até mesmo de participar delas, o que é, aliás, um dever de todos nós, Parlamentares.

Existe um projeto do Governador Álvaro Dias, de estradas para serem asfaltadas no Paraná, numa extensão de 7.500 mil km, exatamente para atender as reivindicações dos trabalhadores rurais no escoamento de sua produção.

Discordo de Vossa Excelência quando tece as críticas ao Governo Álvaro Dias, mas o importante é que o povo do Paraná, o agricultor paranaense, está reconhecendo realmente a grande luta, o grande combate deste brilhante governador escolhido pelo Paraná, que a população paranaense tem o privilégio de ter ao seu lado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Pedro Tonelli, inscrito.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Senhoras e Senhores companheiros Parlamentares, demais presentes nesta sessão de hoje.

Os trabalhadores do Paraná certamente estarão hoje recordando momentos do passado, momentos que pela nossa matemática não poderiam mais acontecer.

Hoje o Paraná tem o único condenado político desta Nação. Certamente já é do conhecimento de todos o julgamento, pela Polícia Militar, no dia de ontem, quando foi condenado o pastor Werner Fuchs, pelo simples motivo da acusação de que proferiu algumas palavras ofensivas ao Exército Nacional.

Mas enfim, o que significa esta condenação para os trabalhadores, para a maioria dos brasileiros, para a Democracia e para nós Parlamentares, homens responsáveis e defensores dos cidadãos paranaenses?

O que foi colocado em julgamento não foi a pessoa do Pastor. Não foram as frases proferidas pelo pastor Werner Fuchs, mas sim foram julgadas as lutas e a forma pela qual os trabalhadores têm desenvolvido sua mobilização para a conquista e ma-

nutrição de seus direitos.

Creio eu, que já é do conhecimento de todos que as palavras do pastor quando no "Dia do Agricultor", no ano passado, no dia 25 de julho, o que ele falou foi trazer à tona uma história de mais de trinta anos, na qual mais de quatrocentas famílias perderam as suas terras sem direito a nada, por força do entulho autoritário. E esse pastor, no desempenho da sua função pastoral de denunciar a mentira e anunciar a verdade, de fazer crescer a consciência da população para que ela lute com justiça, trouxe a público uma injustiça cometida, e esse pastor foi intimado, foi acusado e foi condenado!

Portanto, o que se quer com a sua condenação? Um pastor que exerce suas atividades num setor de influência muito importante no meio dos trabalhadores, o que se quer com a sua condenação é que, durante dois anos, ele seja vigiado. Esse pastor não pode falar, não pode fazer nenhum pronunciamento político ou público e tem que estar sob o controle e a vontade de uma minoria dominante nesta Nação.

O Sr. José Alves - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, estamos ouvindo atentamente o seu discurso e Vossa Excelência é um Deputado sempre preocupado com o trabalhador, principalmente com o trabalhador da agricultura.

Há pouco usamos a tribuna para lamentar a situação do trabalhador brasileiro no Paraná e em toda a Nação. É claro que todos nós estamos vendo o bom trabalho do nosso Governador Álvaro Dias em relação ao homem da lavoura. Eu sei que no Vale do Ivaí centenas de trabalhadores estavam indo à falência e, graças ao Governador Álvaro Dias, foram suspensas as execuções das dívidas dos nossos agricultores.

Mas, eu quero dizer ao Deputado Dirceu Manfrinato, que vai à tribuna fazer carnaval em cima dos outros Deputados, que há agricultores que devem acima de Cz\$ 200 mil e esses não foram beneficiados.

Mas, nós estamos de acordo com o Governador Álvaro Dias, estamos vendo o seu trabalho, o seu mérito como bom Governador, que é a esperança do nosso Paraná. Estamos dizendo que há agricultores que devem mais de Cz\$ 200 mil e não foram beneficiados. Então, esse coitado também está pensando como outros milhares de brasileiros.

Mas, de qualquer maneira Deputado Dirceu Manfrinato, estamos parabenizando o Governador Álvaro Dias pelo seu trabalho, pela sua luta pelo bem do Paraná. E, talvez por um mal entendido, Vossa Excelência vai à tribuna e faz um carnaval, uma "tempestade em um copo de água".

Portanto, eu quero dizer que estão de parabéns os agricultores que foram beneficiados, parabéns ao Governador Álvaro Dias, que continua ajudando o trabalhador porque ele entende que o trabalhador está sofrendo. Mas há alguns trabalhadores que ainda não foram beneficiados. Esperamos que Álvaro Dias, o nosso Governador, com bom intuito, com essa vontade imensa de trabalhar pelo Paraná e pelo agricultor paranaense, também beneficie estes que ainda estão em situação difícil.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço o seu aparte que revela que a situação está difícil para toda a classe trabalhadora, não só do Paraná, mas do Brasil, pois está sendo massacrada, perseguida, judiada e pisada.

Eu queria dizer ao nobre colega José Alves que o que o Governador Álvaro Dias está fazendo com relação aos pequenos agricultores, não é nada mais do que aquilo que é o seu compromisso, ao fazer cumprir uma Resolução que não é dele, mas do Banco Central, que concede alguns pequenos benefícios aos pequenos agricultores do Paraná, que merecem muito mais do que isso.

É de se perguntar, também, onde será que fica, onde está a palavra daqueles que estão no Poder, e que se comprometeram com o fim do entulho autoritário. Onde está este compromisso?

São perguntas que merecem respostas de todos os homens sérios que compõem esta Casa de Leis!

Vejam o absurdo que nós acompanhamos no dia de ontem, no julgamento do pastor Fuchs. É injustificável, do nosso ponto de vista, que se continue, nesta Nação, advogando em causa própria!

Queremos também perguntar a todos os que exercem este magnífico Poder, nesta Casa: por que eles não julgam os crimes deles, e os crimes absurdos que acontecem nesta Nação? Por que não julgam o caso da morte do Padre Josino? Por que será? Por que não apuram o crime, o quase assassinato do sindicalista Miguelzinho, em São Miguel do Iguaçu, no Oeste do Paraná? Por que coisas assim vão para o arquivo?

Havia sete forças repressivas nesta Nação, presentes, que se pronunciaram, e agora vêm afirmar que não sabem com certeza quem foram os autores intelectuais do badernaço de Brasília. São perguntas que devem ser respondidas. Por que não apuram, e não julgam, e não tomam as providências cabíveis quanto aos crimes cometidos contra os trabalhadores desta Nação? Nesses casos, Sr. Presidente, Srs. Colegas, não se toma providências, não se julga. Esses casos não têm importância. Agora, uma palavra mal pronunciada, ou palavra mal in-

terpretada, esta sim é julgada e é condenada!

O Sr. Paulino José Delazeri - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Pedro Tonelli. É oportuníssimo o pronunciamento que Vossa Excelência faz nesta Casa, em relação à condenação de mais um pastor, de mais um trabalhador, porque, Deputado Pedro Tonelli, desgraçadamente, nas nações do Terceiro Mundo, nas nações subdesenvolvidas, esta é a pior das desgraças que acontecem nessas nações. E o caos, Deputado, está aí. O caos é total e absoluto e a economia do Brasil nunca esteve internacionalizada como está neste momento, dominada por monopólios, oligopólios e pelo capital financeiro internacional. Infelizmente, Sr. Deputado, não são todos que têm a tranqüilidade de dizer isso publicamente, porque têm medo, muitas vezes, de novamente acontecer um golpe neste País. Mas eu acredito, Deputado Pedro Tonelli, que somente a sociedade organizada e consciente dos malefícios que causa a intervenção militar na política de um País, somente a consciência de um povo haverá de excluir os militares da interferência nos interesses políticos de um País. Os países que se desenvolveram e se transformaram em nações democráticas, têm as suas Forças Armadas cuidando da segurança do País contra a agressão estrangeira.

Por isso, nobre Deputado, infelizmente mais uma grande injustiça acontece neste País, neste momento. Temos aqui no Paraná a chave da cadeia do único preso político ou condenado político, digo, do Brasil. E a cena não poderia ser mais absurda! Um pastor sentado no banco dos réus! E infelizmente a Constituinte agora não toma a atitude que deveria tomar.

Infelizmente, esta cena é típica das "republiquetas de banana", dominadas pelos estrangeiros e tendo aqui os seus agentes para reprimirem o povo.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço e faço minhas as suas palavras, porque realmente sua afirmação demonstra o real sentido do nosso ponto de vista com relação à presença das Forças Armadas na sociedade.

Temos a Ferrovia Norte-Sul, que é um problema nacional, é uma questão de segurança, é uma questão de ordem, é um fato que está provocando a falta de segurança, a falta de ordem na sociedade brasileira. Além disso, administrar por Decreto, usando o chamado "entulho", que dá poderes excessivos às minorias dominantes, é não se preocupar com os casos absurdos que acontecem no Estado do Paraná e nesta Nação,

agindo contra os trabalhadores, usando como pretexto palavras que teriam sido proferidas por um pastor em praça pública.

E perguntaria: para que serve a Justiça Militar? Para que serve a Lei de Segurança Nacional?

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Deputado Nereu Carlos Massignan, na sequência lhe concedo o aparte.

Para que é que serve a Justiça Militar e a Lei de Segurança Nacional? São perguntas que deveríamos fazer e que todos deveriam responder em voz alta.

Onde está o compromisso da nova República com o fim do "entulho autoritário"? Será que o gato o comeu?

E até quando o Ministro da Justiça, os Governadores e José Sarney, Presidente da República, continuarão culpando a Central Única dos Trabalhadores, culpando o PT, culpando os líderes democráticos, sejam eles religiosos, sejam eles políticos, sejam eles parlamentares, pela situação de descalabro em que vive a nossa Nação?

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência concede um aparte, ilustre Deputado?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência eu lhe concederei o aparte, e na sequência, quero concedê-lo ao Deputado Antônio Belinati.

O Sr. Antônio Belinati - Ilustre Deputado Pedro Tonelli, na condição de Líder da Bancada do PDT associo-me ao oportuno pronunciamento de Vossa Excelência, quando analisa o ato intempestivo de condenação do pastor Werner Fuchs. Lamentamos que em pleno clima de Nova República, quando se apregoa ao mundo que o Brasil caminha para consolidar a sua democracia, um homem pacato, bondoso, generoso, amante da justiça, homem vocacionado a fazer o bem, pregador do evangelho é condenado simplesmente, nobre Deputado, porque acreditou que a reforma agrária fosse ser realizada, fosse uma promessa para valer.

Infelizmente o pastor estava equivocando, foi condenado, e aqui eu quero lamentar esta condenação. Ao invés de se colocar na cadeia um pai de família, um obreiro da causa de Deus, seria mais conveniente que as nossas autoridades usassem a inteligência para combater o contrabando, para combater os traficantes de drogas, para combater os estupradores, assassinos, marginais perigosos, que estão por este Brasil, nos grandes centros urbanos a gerar a intranqüilidade e a insegurança à

família brasileira. Eu me associo ao pronunciamento de Vossa Excelência, lamentando a condenação deste homem.

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência eu concedo aparte ao nobre colega, Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan.

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Muito obrigado, Excelência. Vossa Excelência aborda a questão da condenação do pastor Fuchs por um Tribunal Militar. Esta condenação, na verdade deve ser por todos nós, que temos a consciência da democracia como meta e conquista, deve ser condenada. Não deve ser condenado o pastor Fuchs. Nós não aceitamos isso. Há uma exceção e ela ocorre quando o País se encontra em tempo de guerra. Nós não estamos em guerra. Há de se reconhecer, nobre Deputado, entretanto, quando Vossa Excelência falava do fim do entulho autoritário e cobrava esta postura da Nova República, parece-me que a questão não se resume tão simplesmente assim, de se fazer uma cobrança pura e simples da Nova República. O autoritarismo foi construído ao longo de vinte anos; quase duas gerações receberam todo um projeto autoritário, uma estratégia de um sistema implantado em 1964. E a construção da democracia, e conseqüentemente a abolição do entulho autoritário, não é um trabalho apenas da Nova República, é um trabalho de todos nós. E nesse aspecto eu acredito que Vossa Excelência também está empenhado tanto quanto nós, em acabarmos com o entulho autoritário.

O entulho autoritário, nobre Deputado, não se resume apenas na condenação do pastor Fuchs. O entulho autoritário é mais que isso, é também a injustiça social, manifestada quando a Comissão que tratava da Reforma Agrária, por manipulações regimentais e por interesses escusos dos latifundiários, desculpe escusos não, interesses claros dos latifundiários, dos exploradores, fizeram com que o Plano de Reforma Agrária na Nova Constituinte, fosse a maior decepção já vista nos últimos tempos.

Lá se derrubou a proposta do módulo máximo, lá se derrubou a proposta da revisão das concessões de terras aos estrangeiros e, convenhamos, nobre Deputado, esta proposta é de um Deputado do PMDB de Pernambuco. Portanto, ao se generalizar a Nova República como responsável única pela construção da democracia, pela destruição do autoritarismo e pela construção da justiça social, fica evidente que nós, sozinhos não faremos isso.

Isso depende principalmente de todos nós, daqueles que estão realmente comprometidos com a mudança e o avanço da sociedade e esta sociedade toda deve se preocu-

par com o fato da condenação do pastor Fuchs, bem como com o último resultado da análise da comissão de Reforma Agrária, em que se desvia para os conservadores, latifundiários ...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - concedo mais dois minutos, Vossa Excelência poderá usar da palavra no Horário da Liderança do PT.

O SR. PEDRO TONELLI - Conceda-me, Sr. Presidente.

O Sr. Nereu Massignan - Eu encerro, meu nobre companheiro, lembrando que isto deve ser uma soma de todos aqueles que têm o compromisso com a mudança e o compromisso, principalmente, com os 70% dessa população brasileira que até hoje está marginalizada do processo produtivo e dos seus direitos e garantias individuais e coletivos.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço a sua oportunidade e brilhante colaboração e lembrança.

Quero dizer mais: todos reconhecem a origem do regime autoritário e do seu entulho, só que não podemos nos conformar em momento algum, porque essa história vem de mais longe, então ela tende continuar, e por isso mesmo, nós que estamos exercendo o poder legislativo em tempo de Nova República, temos um compromisso, sim, de abrir estes métodos não solicitados por nós e mal desejados pela sociedade brasileira.

Na sequência, concedo o aparte ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Muito obrigado, ilustre Deputado.

Tenho ouvido atentamente quando Vossa Excelência tem falado por todo o período de mandato até hoje nesta Casa, e especialmente quando fala do trabalhador. O trabalhador tem sido, na verdade, a vítima de todos os episódios que envolvem a vida pública.

O trabalhador é aquele homem que está no campo e que em época de eleição é usado pelos políticos oportunistas.

Mas Vossa Excelência, ao falar em defesa dos trabalhadores, faz-me recordar um episódio que diz respeito ao presidente do seu partido, Luís Inácio da Silva, conhecido como "Lula", que iniciou a sua carreira no Sindicato dos Metalúrgicos em São Paulo defendendo o trabalhador. E nós tivemos a oportunidade de presenciar recentemente, através da Rede Globo, quando foi apresentado, num programa de televisão, o capital que existe dentro do Sindicato dos

Metalúrgicos. Não sei se Vossa Excelência teve esta oportunidade. Há tempos atrás mencionei aqui um episódio ocorrido em São Carlos do Pinhal, Estado de São Paulo. Depois de ver esta apresentação da Rede Globo, minha opinião acabou de se confirmar: o Sindicato possui um orçamento de Cz\$ 170 milhões, possui sessenta veículos à disposição dos funcionários, que nele trabalham. Vossa Excelência indiretamente é conivente com o que ocorre, porque defende tanto o Presidente do seu Partido, que criou evidentemente esta estrutura sindical que conta com um prédio com oito andares, com gabinetes luxuosos para defender o trabalhador.

Então, ilustres Deputados, eu acho que o povo do Paraná e do Brasil hoje vive uma nova realidade. Estas demagogias de se dizer que o trabalhador está esquecido, abandonado, eu concordo em parte com Vossa Excelência, mas isso não deve ser usado só como instrumento de defesa de interesses políticos. Eu acho que temos que partir para a realidade dos fatos e termos sensibilidade para as necessidades mais importantes. Vossa Excelência esquece que hoje fala-se livremente neste Poder Legislativo e nos palanques improvisados, se esquece que esta bandeira é, em sua origem, do ex-MDB e hoje PMDB, que rasgou as estradas mais difíceis, cheias de espinhos, de baionetas, com muitos e muitos companheiros ficando no meio da estrada ao tombarem na luta, mas outros resistiram e continuaram, como por exemplo o Governador do nosso Estado, Álvaro Dias, que tanto combateu o regime autoritário.

E Vossa Excelência é um Parlamentar feliz, muito feliz, pois graças à luta do MDB de outrora e do PMDB de hoje, Vossa Excelência tem a liberdade de se expressar na tribuna. Mas ilustre Deputado graças à luta do PMDB, que é um Partido realmente comprometido com os trabalhadores.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, nobres colegas, eu duvido do que foi dito pelo nobre colega Dirceu Manfrinato. Onde está a liberdade de falar? Ontem foi condenado um companheiro paranaense exatamente por falar a verdade. Por isso, não sou um Parlamentar feliz.

Lamento, nobre colega Dirceu Manfrinato...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência poderia citar o nome da pessoa que foi condenada, ilustre Deputado? E por quem? E de que forma?

O SR. PEDRO TONELLI - A citação do nome é de minha competência, e digo quando eu quiser.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Mas Vossa Excelência não tem responsabilidade quanto ao que fala?

O SR. PEDRO TONELLI - Tenho.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Isto aqui é um Parlamento, eu acho que Vossa Excelência não pode fazer acusações numa Assembleia Legislativa, onde é tudo gravado, fazer acusações e não prová-las. Cabe a Vossa Excelência, fazer a denúncia e trazer a prova. E eu requeiro, Sr. Presidente, neste instante, a prova da denúncia feita pelo Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu lamento dizer que o colega Deputado Dirceu Manfrinato está desinformado, porque o Lula nunca foi sindicalista de São Paulo, quem é sindicalista em São Paulo, quem é dirigente de um Sindicato possuidor de um prédio de seis andares e que tem sessenta carros é um colega seu, chamado Joaquinção, que é Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. E o Lula sempre foi sindicalista do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

O Sr. Dirceu Manfrinato - (Pela Ordem) -

Eu não me alinho com pessoas que têm tendências subversivas, ilustre Deputado. Eu não me alinho com pessoas que querem destruir o País ao invés de construí-lo, e ficam promovendo badernas, quando o País precisa de gente que ajude a tirá-lo da situação em que vive. E isso não se faz promovendo badernas e cometendo erros, procurando destruir um País. Não me alinho com gente desse tipo e requeiro à Mesa que o pronunciamento do Ilustre Deputado, quando faz a acusação da condenação de mais um colega paranaense, peço à Mesa que ele traga as informações por escrito, o nome de quem foi condenado e por quem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para concluir, com a palavra o Sr. Deputado Pedro Tonelli. Tem mais trinta segundos.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu, sinceramente, não entendo como homens sérios nesta Casa possam usar desse artifício para se colocarem do lado dos militares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa ao Deputado que deixou a tribuna que mandou expurgar do seu pronunciamento as palavras ofensivas às Forças Armadas, de acordo com o Regimento Interno.

Com a palavra o representante do PL, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Reabilitando-se de uma condição biônica e avalizado pelos votos dos paranaenses que o credenciaram para o Senado da República, Affonso Camargo vem sendo hoje uma das peças mais coerentes na engrenagem partidária do PMDB - o partido majoritário.

Surpreendentemente, lideranças que nos palanques prometeram combater a corrupção, os desmandos, as obras faraônicas e manifestando-se a favor das eleições diretas, estão se afastando cada vez mais dos compromissos com o povo. Chegam, inclusive, a defender posições que não consultam os interesses da própria Nação, embora denunciados publicamente. Debocham do que pregaram e encontram posições casuísticas, que condenaram, para justificar um procedimento que suas próprias estruturas condenam. E Affonso Camargo tem sido, nessa situação, um instrumento que alerta o próprio PMDB para seus erros e procura resgatar a credibilidade da classe política.

Esta Senhores, a razão de nosso pronunciamento em nome do PL, desta tribuna.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. O episódio da Ferrovia Norte-Sul não foi esquecido. A anulação da concorrência fraudulenta de suas obras não elimina a suspeita de uma situação lamentável. Tampouco, faz o povo admitir que uma nova concorrência hoje, com os mesmos integrantes, possa representar uma prática capaz de suspender a desconfiança que esta obra gerou desde o sonho fantasioso.

Affonso Camargo, ex-Ministro dos Transportes do PMDB, é figura credenciada a levantar esta suspeição e o fez, seguro de que o compromisso do Partido é eliminar obras faraônicas e, principalmente, empreitadas que deixem no ar a idéia de uma ação entre amigos. Com ele, é verdade, boa parte do PMDB posicionou-se contrária à obra, porém aos poucos estão esquecendo seus compromissos e já admitindo até que a obra que liga o nada a coisa nenhuma, pode ser prioritária, conforme pretende o Senhor Presidente da República.

Ora, o próprio José Sarney ao determinar a anulação da concorrência fraudulenta admitia que as empreiteiras envolvidas não devem participar de uma nova concorrência. E o que se vê? A "toque de caixa" apressa-se uma nova concorrência, admitindo-se ainda a participação de empreiteiras suspeitas, ou sob suspeição, enquanto ainda está em julgamento a origem da primeira concorrência fraudulenta.

Qual a razão de tanta pressa?

Seria o objetivo único garantir pelo menos o início das obras, para uma ferrovia que Dilson Funaro, então Ministro da Fazenda, admitiu como um presente de ani-

versário do Presidente?

Sinceramente, acho que é hora do PMDB reciclar determinadas lideranças, e não é intenção do PL envolver-se nas questões internas do partido majoritário. Acontece, porém, que de acordo com esta situação, muito bem levantada pelo Senador Affonso Camargo, suspeita-se e envolve-se toda a classe política brasileira, cuja responsabilidade é vigiar os atos do Executivo.

Assim não podemos admitir que o PMDB avalize o que suas próprias bases condenam: caso da ferrovia Norte-Sul, um sonho que a qualquer custo o Senhor José Sarney, ou o Sr. José Ribamar, quer tornar realidade.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Não é apenas esta a nossa preocupação. Ela se estende ao menosprezo que o PMDB a nível nacional, e até por algumas lideranças estaduais, está dando às suas bases. E mais uma vez aqui, o PL rende suas homenagens ao Senador Affonso Camargo, pelo destemor com que defende a coerência do partido. No Paraná, como de resto em todo o País, as bases do PMDB já se definiram por um mandato de quatro anos para Presidente da República. Estas bases, contudo, foram esquecidas em troca de outros interesses, alguns até inconfessáveis, denunciados pela imprensa envolvendo o loteamento de cargo, animam determinados políticos.

Lideranças nacionais do PMDB admitem um mandato de cinco anos para José Sarney, - conforme quer o próprio Presidente, esquecendo-se de suas próprias palavras, quando ainda não se haviam contaminado com o poder. Para tal, contrariando a própria população brasileira que os elegeu, governadores formam um pacto, onde na defesa cada qual dos interesses de seus Estados, armam uma vanguarda capaz de sustentar o sonho do Presidente de ficar cinco anos.

Mais uma vez neste caso, levanta-se o Senador Affonso Camargo para protestar, mesmo sentindo que atrai para si a antipatia de quem está preocupado unicamente em defender sua posição pessoal. É a preocupação do Senador com a desvalorização da classe política. É a preocupação do Senador como a nossa, que continue sendo sepultada a credibilidade política.

Por isso Senhor Presidente e Senhores Deputados, o PL nesta oportunidade, preocupado como tantos outros em resgatar compromissos com o povo, quer se parabenizar com o Senador Affonso Camargo pela sua coragem em brigar no âmbito interno do seu Partido na atual situação.

E nesse gesto queremos também caracterizar não apenas a nossa posição e do partido por um mandato de quatro anos para o Presidente da República e contra a obra faraônica da Ferrovia Norte-Sul, mas expor a nossa preocupação com determi-

nadas lideranças desse País. Suas atitudes incoerentes em nada estão contribuindo para que o povo sinta que realmente esse tipo de democracia não é a que consulta os interesses populares, nem representa o sonho da Nova República.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa consulta a liderança do PFL se fará uso do seu horário.

Com a palavra o Senhor Deputado João Arruda.

O SR. JOÃO ARRUDA - (Lê): Senhor Presidente e Senhores Deputados.

"Há muitos anos, a classe produtora rural paranaense - e falamos de todas as regiões deste Estado, como de resto de todo o País - sofre com a completa ausência de uma política agropecuária que equacione problemas e suas soluções; falamos de ausência de uma política agropecuária que estabeleça os objetivos de uma produção organizada; da ausência de uma política agropecuária que coloque o produtor rural como eixo do complexo; da ausência de uma política agropecuária que planeje os meios adequados de se alcançar resultados positivos; da ausência de uma política agropecuária que estabeleça os índices de produtividade de acordo com o verdadeiro potencial existente; da ausência de uma política agropecuária que respeite o trabalho do homem do campo, permitindo-lhe uma remuneração compatível com o trabalho que vem executando; da ausência de política agropecuária, que planejando a produção de acordo com o verdadeiro potencial brasileiro, planeje igualmente o respeito a ela devido, deixando de praticar o crime de fazer sua concorrente as importações de produtos que produzimos, especialmente quando a produção atende às necessidades mínimas exigidas para o livre fluxo da comercialização - como tem acontecido repetidas vezes com o feijão, com o milho e com a carne.

Permitam-nos falar um pouco da suinocultura paranaense; essa suinocultura com magnífico potencial de produtividade e qualidade que vem sendo repetidamente pisoteada, humilhada, e massacrada.

Devem lembrar os Senhores, da famosa e bem divulgada farsa da peste suína africana, que vitimou a suinocultura sulbrasiliana e muito especialmente a paranaense. A incidência do mal naquele ano de 1979 - época que estamos recordando, não era maior que antes, durante ou depois daquela campanha, a qual o serviço concedido da televisão deu cobertura tão completa e rica

de detalhes, apresentando como cenas de comprovação da sua duvidosa denúncia filmagens feitas nos morros da cidade do Rio de Janeiro.

Se prejuízo houve para a suinocultura do País e muito especialmente para a do Paraná, tal prejuízo não foi resgatado com providências efetivas do Governo Federal para diminuir o mal.

A nossa suinocultura continuou à margem dos recursos tão bem distribuídos para as importações.

O quadro ainda é o mesmo, passados esses oito anos!

Temos em mãos o repto encaminhado a esta Assembléia Legislativa pelo Padre Cestilio Miotto, de Santa Isabel do Oeste e datado de 15 de maio do corrente ano.

Faz uma relato completo, rico em detalhes, da verdadeira situação da suinocultura brasileira, retratando a praticada no Sul do País e, muito especialmente, no Sudoeste paranaense.

Com seus números claros e concisos, mostra muito bem essa situação de vexame que vive a suinocultura regional, trabalhando com prejuízos insuportáveis, sempre alimentando a esperança de melhora e não podemos alimentar, ao mesmo tempo, os plantéis que vão minguando a cada ano.

Rogamos, respeitosamente, a atenção dos nobres Pares desta Casa para esse assunto, tão atual e urgente como o foi no passado e continua sendo no presente, para que busquemos a solução e resgatemos a suinocultura, senão pelas providências que lhe tem sido negadas tradicionalmente pelo Poder da República, ao menos oferecendo-lhe o que de direito lhe cabe pelo esforço que jamais negou aos interesses econômicos do Governo.

Seria fácil dizer: Pois se a especialidade não remunera adequadamente, que mude de ramo!

Não esqueçamos, Senhores Deputados, que o produtor rural investiu uma vida toda na sua especialidade. Toda a estrutura que conseguiu organizar para trabalhar, tem seu patrimônio envolvido e tem muito de trabalho e mais ainda do seu suor e o de cada membro de sua família. Não pode jogar tudo isso fora, simplesmente porque as autoridades são insensíveis à sua luta.

Cabe-nos dar a nossa parcela de ajuda a essa gente, estudando o seu problema e ajudando o Governo a encontrar as soluções; e mais que isso, sensibilizar o Poder a procurar as soluções reclamadas, não pelo humilde produtor rural, mas pela própria estrutura econômica do País.

Solicitamos à Mesa que autorize a inscrições nos Anais desta Casa de Leis do documento enviado pelo ilustre Padre Cestilio Miotto, de Santa Isabel do Oeste, uma prova inequívoca da violência sofrida

pelos suinocultores e que, devidamente considerado, poderá mostrar para a posteridade as dificuldades enfrentadas pelo dedicado trabalhador rural paranaense; uma prova, também, de que os agropecuaristas, especialmente os suinocultores, estão pagando para trabalhar e produzir num País que ainda tem tudo para remunerar bem a agricultura e a pecuária".

(Termina de Ler).

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra a representação do PDT. Concedo a palavra ao nobre Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

A sentença contra o Pastor Fuchs mostra a que nível podemos responder ao Líder do Governo, quando fala em pastor e insiste em se manter como a mulher de Ló, olhando para trás, para o incêndio de Sodoma e Gomorra e se transformando em estátua de sal.

Ao ilustre Deputado Nestor Baptista, que na última sessão de maneira deselegante e até desrespeitosa a este Parlamento, não honrou a sua posição de Líder do Governo, porque não honrou o Parlamento pelo seu pronunciamento, em nome da Bancada do PDT, saudamos com a imagem bíblica da mulher de Ló, com a idéia de que pode de pressa passar por estátua de sal que não percebe o futuro e não caminha para diante, pela sua insistência em olhar para trás, derreter na chuva fina que vai contaminando este País.

Dita a solidariedade ao Pastor Fuchs, há que se reportar o que tem muito bem escrito o repórter Jânio de Freitas, na sua coluna da "Folha de São Paulo", e também na sua coluna transcrita no jornal "O Estado do Paraná".

Diz aquela pena esclarecida: (Lê):

"Nos seis anos do Governo João Figueiredo não consta algo semelhante à proibição, na TV, da entrevista de um político do porte de Mário Covas, Senador por São Paulo com oito milhões de votos e Líder da Maioria na Constituinte. Com um só gesto fascistoide, o Governador José Sarney negou reconhecimento a mais de dez por cento do eleitorado brasileiro.

"Se ainda persistisse alguma dúvida, este fato é de eloquência definitiva como atestado de que há uma Constituição não extinta. A Constituinte sobrevive ao assédio do Planalto; o Congresso continua aberto; mas o Brasil não está mais sob regime constitucional mesmo considerando-se que a atual Constituição é herdada do regime militar, com todos os penduricalhos autoritários.

"É fácil a atribuição à TV Manchete da responsabilidade pela retirada na programação do último domingo, da entrevista de Mário Covas ao jornalista e também Parlamentar Roberto D'Ávila. Os meios vigentes de coerção do governo são poderosos quando legais, quanto mais quando ilegais e usuários da ameaça e da chantagem. E é equivocada a atribuição de responsabilidade ao Ministro da Educação, Jorge Bornhausen, pelo afastamento dos jornalistas Maurício Dias, Milton Temer e do diretor-geral da TV Educativa/Rio, João Rui Medeiros. As decisões procederam do Planalto. E como, no Planalto, assuntos deste e de teores semelhantes só chegam ao gabinete central como sugestões e só dele saem como decisões, às quais está invariavelmente associado o SNI, não cabe dividir autorias. Quanto muito, fora do gabinete central só caberia procurar o inspirador. Em alguns casos, já mencionados como sendo o ex-jornalista Getúlio Bittencourt, o mago dos mapas astrais de José Sarney e por isso apelidado de Lopes Rega, alusão a "El Brujo" de Isabelita Peron, mais tarde condenado em inúmeros processos criminais.

A prática da censura política pelo Governo José Sarney não se está inaugurando nestes dias. Com o Plano Cruzado, várias pessoas foram postas em uma lista de presenças inaceitáveis pelo governo nos programas de TV em que costumam figurar. Entre elas, os Prefeitos Saturnino Braga e Maria Luiza Fontenelle, para não incorrer na imodéstia da autocitação. Como o Cruzado, a lista foi-se, mas o caráter que a fez adotar prevaleceu, porque é imutável. E é ele que se mostra nos fatos recentes".

Interronpo aqui a lúcida explanação do jornalista Jânio de Freitas, para fazer uma pergunta à consciência política do Paraná: será que o Líder Mário Covas do PMDB devolverá a rádio - que o Presidente José Sarney, há vinte dias atrás, segundo o "Jornal do Brasil" lhe deu em concessão, depois deste último desencontro motivado pela não aparição no programa do Roberto D'Ávila, na "TV Manchete"?

Será que haverá entre os libertários do PMDB, alguns dos quais, na velha terra da civilização, como, por exemplo, o Deputado Mário Celso, gente com disposição para recusar as sessenta concessões de rádio que o Presidente da República tem para oferecer aos Constituintes para que se dobrem ao seu poder?

Será que haverá, ainda, no Paraná, alguma possibilidade de pacto social - aliás, pacto social recusado pelos representantes dos trabalhadores ao Governador Álvaro Dias? O Governador Álvaro Dias que, no segundo parágrafo da segunda lauda do seu discurso em Florianópolis, como informou a assessoria de Palácio, citou o ver-

dadeiro autor do seu plano econômico e de pacto social. No segundo parágrafo, da segunda lauda do seu pronunciamento em Florianópolis, do qual lamentavelmente, não tínhamos o original.

Mas, faça-se justiça à honestidade intelectual do Governador; não se poderá fazer justiça à sua honestidade política. Ele que fez o Paraná figurar num programa humorístico da "TV Manchete" quando o interlocutor ou apresentador reportou a toda Nação, que Álvaro Dias entrava em Palácio, pedindo os quatro anos para José Sarney, respaldado pela decisão do PMDB, e saía do Palácio falando de cinco anos ou sabe Deus se de cinco verbas.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o momento político do Paraná e do Brasil, e o momento institucional dos 70 milhões de votos da Constituinte estão sendo questionados pela disposição do Presidente da República de dar "um fico" às avessas e se auto-proclamar mais forte e mais poderoso do que a Constituinte. Da mesma forma está sendo questionado momento político deste PMDB que tem no Ministro Dante de Oliveira um verdadeiro enganador dizendo que está saindo do poder porque não concorda com os cinco anos para José Sarney, quando sabemos que está saindo do poder porque não teve capacidade para fazer a reforma agrária. Este momento político de grave perplexidade exige, de todos os Parlamentares, os dotados de mandato popular, a capacidade de intervenção neste Parlamento e junto às instituições para tentar resgatar...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vossa Excelência pode concluir.

O SR. RAFAEL GRECA - ... para tentar resgatar a própria imagem do homem político, da mulher política, do dotado de mandato. Nós da Bancada do PDT, e imagino que todos os de boa vontade neste País, tememos que ao afundar o navio do PMDB leve todos os políticos a pique, e tente-se restabelecer no País uma outra noção de autoridade que não é, propriamente, nem a mais democrática, nem a mais identificada com as aspirações do povo. Não se pode perder o político, quando se perde o partido maior que não teve capacidade para sustentar uma política geradora de autoridade no sentido de transformação para melhor, na vida do povo.

Era isso. Obrigado pela benevolência, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra a representação do PTB.
(Ausente).

Não se encontrando em Plenário, concedo a palavra à representação do PDS.
(Ausente).

Não se encontrando em Plenário, concedo a palavra à representação do PMDB.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Fará uso da palavra o Deputado Paulino José Delazeri.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra o Senhor Deputado Paulino José Delazeri.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Leio da Tribuna da Assembléia Legislativa a justificativa do pedido de dezoito Senhores Deputados da Bancada do PMDB para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que objetiva investigar, aqui no Estado do Paraná, o grave problema do contrabando da soja, café, e outros produtos. Contrabando com o Paraguai e também por meio do entreposto paraguaio no Porto de Paranaguá. (Lê):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

"No dia 17 de maio, o jornal "Folha de Londrina" estampou em sua primeira página manchete: "PARANÁ - PARAGUAI, A MAIOR CONEXÃO DO CONTRABANDO NA AMÉRICA LATINA" relatando em detalhes o contrabando de soja, café e outros produtos envolvendo o Porto de Paranaguá, através do entreposto paraguaio naquele porto. O jornal dedicou mais de uma página ao caso, demonstrando inclusive as grandes perdas que o Estado está sofrendo em decorrência dessa atividade ilícita. Diz o jornal: "O Paraná e o Paraguai formam atualmente na América Latina a principal conexão de contrabando internacional, que encontra seu escoadouro natural em Paranaguá, o maior porto exportador de grãos do Brasil, conforme reportagem da jornalista Maria do Carmo Batis-ton, da sucursal de Curitiba". Por ali, Senhor Presidente, Senhores Deputados, revelou a repórter, poderão passar este ano, como sendo paraguaias, 460 mil toneladas de soja brasileira.

Há mais: previsões feitas no início do ano pelo Instituto Brasileiro do Café, mostram que pelo menos 500 mil sacas de café devem ser desviadas este ano para o Paraguai e também através do Lago de Itaipu, que o Paraná viu nascer, através do qual sofisticaram-se as táticas de contravenção, que não se limitam à passagem de carga entre o vizinho País e o Estado do Paraná, adquirindo ainda outras nuances.

O jornal prossegue, levantando denúncias sobre o envolvimento de brasileiros e

paraguaios nesta complexa operação que está dilapidando as divisas do Estado do Paraná, bem como a balança comercial brasileira. Não obstante isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o jornal "Correio de Notícias", de Curitiba, publica declaração do Prefeito de Marechal Cândido Rondon, denunciando o seu Município como rota de tráfico de contrabando de café e soja, através do Lago de Itaipu.

No último domingo, o jornal "O Estado de São Paulo", fundamenta ainda mais as denúncias de contrabando com extensa reportagem indicando os pontos de tráfico onde se inclui o porto de Paranaguá através do entreposto paraguaio. Estas reportagens, Senhor Presidente, Senhores Deputados, realizadas pelos diferentes veículos de comunicação, fundamentam as exigências da lei para instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar este escândalo que tanto prejuízo traz ao Estado do Paraná.

Em 30 de dezembro de 1957, o então Presidente Juscelino Kubitschek decretava, após aprovação do Congresso Nacional, um convênio para o estabelecimento, em Paranaguá, de um "Entreposto de Depósito Franco" para as mercadorias exportadas ou importadas pelo Paraguai.

Essa lei foi regulamentada em 28 de janeiro de 1961, através do Decreto 50.259, onde se estabeleceu claramente as regras de funcionamento legal do entreposto paraguaio em território brasileiro. Estas duas leis que regulamentam a permanência, o transporte e a comercialização de mercadorias paraguaias em território brasileiro estão anexadas ao requerimento subscrito pelos dezoito Senhores Deputados do PMDB desta Casa, juntamente com as denúncias de contrabando publicadas pela imprensa brasileira, para que a CPI tenha condições de exame detalhado do acordo.

Examinando, Senhor Presidente, Senhores Deputados, em detalhes esse documento e confrontando com as denúncias da imprensa, chegamos à conclusão de que este acordo está sendo violado pelo menos em um dos seus itens.

No dia 21 de maio do corrente ano, o ex-Superintendente do Porto de Paranaguá, o Senhor Willian Falcone, declarou ao "Jornal do Comércio de Paranaguá", que "O PORTO DE PARANAGUÁ TRABALHA EM SISTEMA DE POOL E A MERCADORIA ALI DEPOSITADA PERDE A IDENTIDADE, SEJA ELA BRASILEIRA OU PARAGUAIA, EM QUALQUER SILO DO SISTEMA PORTUÁRIO". A declaração de Willian Falcone, Senhor Presidente, Senhores Deputados, viola o artigo quarto do decreto n. 50.259, de 28 de janeiro de 1961, que regulamentou o entreposto franco de Paranaguá.

Diz o artigo quarto: "Cada entreposto deverá ter dois depósitos distintos e se-

parados, sendo um para as mercadorias vindas do exterior para o Paraguai e destinadas ao exterior ou ao Brasil. Digo, Senhor Presidente, cada entreposto deverá ter três depósitos distintos e separados, sendo um para as mercadorias vindas do exterior para o Paraguai e destinadas ao exterior ou ao Brasil.

Haverá uma escrita distinta em cada depósito para registro da entrada e da saída dos volumes nos moldes das escritas em uso na Administração do Porto de Paranaguá.

Ainda no mesmo Decreto em seu Artigo 10, parágrafo único, consta: "o reacondicionamento mencionado não deverá modificar a identidade dos volumes, isto é, as suas marcas, contramarcas e numeração". Já no Artigo 11 encontramos a seguinte redação: "Para facilitar o transporte ou o comércio, os volumes poderão ser subdivididos, mantendo-se as marcas, contramarcas e números dos principais acrescidos os números de tantas letras quantos forem os volumes, por exemplo, 1A - 1B - 1C ou 10A - 10B - 10C e assim por diante".

Senhores Deputados. A declaração do ex-Superintendente contraria os dispositivos legais e obriga-nos a investigar detalhadamente o que está acontecendo naquela unidade pública. Na mesma entrevista, Willian Falcone declara textualmente. "O Paraguai não faz contrabando. Quem faz são os brasileiros, que recebem o valor de suas mercadorias em dólares isentos de impostos e a um preço superior ao que conseguiriam no mercado brasileiro. Tanto que, quando a situação inverte-se acaba o contrabando". As declarações de Willian Falcone ao "Jornal do Comércio" estão anexadas ao requerimento.

As denúncias de contrabando através do Porto de Paranaguá não param por aí. O Jornal "Folha de Londrina" de quarta-feira, 20 de maio do corrente, revela que existe uma grande diferença entre os números disponíveis no Porto de Paranaguá e a Superintendência Regional da Receita Federal, sobre a quantidade de caminhões que transportam soja paraguaia. Revela o jornal que de acordo com os dados do porto, de 1.º de janeiro a 30 de abril deste ano, 11.500 caminhões descarregaram soja paraguaia em Paranaguá. De acordo com a Receita Federal no mesmo período, 9.684 caminhões entraram no porto vindos do Paraguai. Esta diferença de números entre os dois órgãos do poder público resulta num prejuízo ao Paraná da ordem de 21,5 milhões de cruzados. Na mesma reportagem a Diretoria da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais - ABIOVE - confirma uma previsão de desvio da ordem de 400 mil toneladas de soja este ano. A própria Associação enviou ofício à Secretaria

da Receita Federal solicitando aos órgãos especializados a repressão ao contrabando.

A gravidade das denúncias publicadas nos veículos de comunicação social de todo o País, levou o Governador Álvaro Dias a determinar uma ampla investigação no Porto. Com o Secretário de Segurança Antônio Lopes de Noronha mobilizando a polícia de Paranaguá a buscar o inquérito que apura o incêndio no silo paranaense. Fato este ocorrido em 03 de julho de 1986 destruindo o silo e que, segundo o relatório do Corpo de Bombeiros, foi criminoso, mas a polícia arquivou o inquérito considerando o incidente como de causa fortuita. O silo em questão é o mesmo que é transpassado pela esteira paraguaia sobre cuja construção pesam dúvidas quanto à sua autorização, e onde há fortes indícios de desvio de produtos brasileiros.

Aliás, na mesma época, houve um segundo incêndio, este na casa de forças do Porto, que nem foi comunicado à polícia e ao corpo de bombeiros conforme exigência legal, paralisando as atividades do Porto por trinta dias. No conserto do silo e da casa de força a Administração do Porto de Paranaguá gastou-se cerca de 30 milhões de cruzados.

Senhor Presidente, estamos anexando ao requerimento, cópia do laudo do Corpo de Bombeiros onde se configura, até prova em contrário, que o incêndio do silo vertical foi criminoso. O laudo está assinado pelo Comandante do Corpo de Bombeiros de Paranaguá, Capitão Ivaldo Marchesi. Adiantamos ainda que o inquérito instaurado pela Polícia de Paranaguá e arquivado em 03 de outubro de 1986, por ordem do Juiz Carlos Miranda da Vara Criminal daquela Comarca, será anexado ainda hoje ao requerimento.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. A instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito é imprescindível, para que o Poder Legislativo exerça plenamente suas funções de fiscalizador das atividades de domínio público. A imprensa de todo o País levantou os detalhes de como funciona esta complexa operação de contrabando em quantidades vultosas e cabe a nós Parlamentares, no pleno exercício de nossos direitos, levantarmos todos processos onde pesam suspeitas de atividades ilícitas para que possamos moralizar por completo o exercício da atividade pública e ainda levarmos para a cadeia quem estiver se utilizando de um acordo de cooperação internacional para a prática de contrabando.

Além disso, esta Comissão Parlamentar de Inquérito irá apontar falhas no convênio, irá encontrar soluções que cooperem no combate ao contrabando tanto no porto livre de Paranaguá quanto na fronteira com o Paraguai. O que não podemos é ficar passivamente observando as irregularidades

ocorrerem e não tomarmos as providências devidas as quais temos dever de tomar.

Gostaria, ao finalizar, chamar a atenção dos Senhores Deputados da gravidade das denúncias levantadas pela imprensa e da urgência em trabalharmos nesta CPI. Na última quinta-feira, quando o Chanceler paraguaio Carlos Augusto Saldivar, Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, esteve em Curitiba para uma audiência com o Governador, acompanhado do Cônsul-Geral do Paraguai, Justus Almada, este ameaçou a repórter da "Folha de Londrina" que levantava informações sobre o contrabando que entra no Porto. Na ante-sala do gabinete do Governador, o representante da ditadura de Alfredo Stroessner, ameaçou veladamente a vida da repórter na presença de jornalistas de todo o Paraná. Aliás, a ameaça levou o próprio Governador a emitir uma nota de repúdio à atitude do Cônsul, ao mesmo tempo que foi dada segurança pessoal à repórter.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, esta é a justificativa da Comissão Parlamentar de Inquérito que já está assegurada através de dezoito assinaturas de Parlamentares do PMDB.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrada a Hora do Expediente, passamos à Ordem do Dia.

O SR. ANTÔNIO BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, aproveitando o pedido da CPI que é formulado para investigar as irregularidades do Porto de Paranaguá, nós tomamos conhecimento que o Governo do Estado já vem procedendo a essas investigações, pelo menos de acordo com o que vimos nos jornais e nos canais de televisão. Mas, de qualquer forma, Senhor Presidente, aproveito para comunicar a Vossa Excelência que o ilustre Deputado Algaci Túlio representará a Bancada do PDT nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, José Afonso Júnior, e subscrito por demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para examinar as denúncias de contrabando de soja, café e outros compo-

nentes, através do Paraguai. Ao autor, para cumprir o que determinam os Arts. 19 da Constituição Estadual e 34 do Regimento Interno.

A Mesa vai devolver o requerimento a Sua Excelência para que preencha o disposto no art. 19: "a requerimento de um terço dos seus membros, a Assembléia criará Comissões de Inquérito sobre fato determinado e por prazo certo".

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI (Pela Ordem) -

Pediria a tolerância da Mesa e deste Plenário no sentido de que encaminhássemos um requerimento verbal à Mesa para que a Comissão Parlamentar de Inquérito, seja composta de três membros, pois conforme prevê o Regimento Interno, as Comissões Parlamentares de Inquérito não necessitam de tempo determinado para a sua conclusão, e só se esgotam à medida em que se concluem a discussão e o debate do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há um

Poder maior que o Regimento Interno, que é o dispositivo constitucional. A Mesa vai devolver o requerimento a Vossa Excelência para que preencha os requisitos exigidos pelo art. 19, da Constituição Estadual e do Regimento Interno.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, pediria e encaminho verbalmente dois requerimentos à Mesa, com a tolerância deste Plenário, no sentido de que os membros integrantes sejam treze para a Comissão e a sua duração de seis meses, para evitarmos nova discussão aqui neste Plenário e a fim de que as Lideranças possam indicar os membros que vão compor esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa

devolve a Vossa Excelência para que Vossa Excelência o faça por escrito. Não haverá óbice algum desde que Vossa Excelência preencha esses requisitos.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Acyr Mezzadri, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado.

À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação ao Projeto de Lei n. 018/87.

De conformidade com o requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei n. 018/87:

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 018/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 25/87), visando substituir os valores de vencimentos estabelecidos pela Lei n. 8.434, de 24 de dezembro de 1986, para os cargos integrantes da carreira de Procurador, da Procuradoria Geral do Estado, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H. à EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 16 de 17/03/87, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 18/87

PARECER:

O presente Plano de Lei é oriundo da Mensagem Governamental n. 35/87 e objetiva substituir os valores de vencimentos estabelecidos pela Lei n. 8.434, de 24 de dezembro de 1986, para os cargos integrantes da carreira de Procurador do Estado.

A iniciativa da presente matéria tem amparo no art. 47 da Constituição do Estado.

Notamos, porém, que existe similitude entre o exercício das funções de Procurador do Estado e de Assessor Jurídico do Tribunal de Justiça do Estado, entendemos que, pelo princípio constitucional de isonomia, deve haver paridade de vencimentos entre ambas as carreiras.

Como a correção dos vencimentos da carreira de procurador está sendo procedida a partir de 1.^o de janeiro do corrente ano, a fim de que lhes seja atribuído o percentual de 36% concedido aos demais funcionários do Estado, sobre o qual já incidiu novo reajuste, de 20%, em razão do Decreto Estadual n. 156, de 23.03.87, a partir de 1.^o de março do corrente ano, a equiparação está sendo procedida com vigência desta última data, daí a aparente discrepância dos valores fixados nas Tabelas inseridas na Emenda Substitutiva Geral em anexo.

Assim sendo, desde que não haja qualquer óbice de ordem legal ou constituição que possam impedir a tramitação do PROJETO DE LEI N. 18/87, opinamos PELA SUA APROVAÇÃO, na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL, EM ANEXO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 21.04.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

PROJETO DE LEI N. 18/87

PARECER:

O presente Projeto de Lei n. 18/87, tem por origem a Mensagem Governamental n. 25/87, objetivando reajustar os valores dos vencimentos fixados na Tabela III, Anexo I, da Lei n. 8.434/86, para a carreira de Procurador do Estado.

A respeito da matéria já se pronunciaram as Duntas Comissões de Justiça e de Finanças.

Dada a criteriosa análise procedida por aquelas Comissões e entendendo que realmente existe a apontada similitude entre as carreiras de Procurador do Estado e Assessor Jurídico do Tribunal de Justiça, opinamos pela APROVAÇÃO DO SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI N. 18/87, apresentado pela dunta Comissão de Constituição e Justiça.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 19.05.87.

(aa) NELSON VASCONCELLOS

Presidente

ANTÔNIO BÁRBARA

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N. 018/86

PARECER:

O presente Plano de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n. 25/87, visa substituir os valores de vencimentos estabelecidos pela Lei n. 8.434, de 24/12/86, para os cargos integrantes da carreira de Procurador, da Procuradoria Geral do Estado, conforme especifica.

A medida proposta recebeu parecer favorável da Dunta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar sobre seu aspecto financeiro, esta Comissão de Finanças, manifesta-se favoravelmente ao Projeto, já que o mesmo visa atender ao princípio constitucional da isonomia, pois as funções de Procurador do Estado e de Assessor Jurídico são semelhantes, portanto, ambos devem receber vencimentos na mesma proporção.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 13.05.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ AO

PROJETO DE LEI N. 18/87

Art. 1. - Os valores constantes da Tabela III - Procuradoria Geral do Estado - PGE, do anexo I, da Lei n. 8434, de 24 de dezembro de 1986, ficam substituídos pelos seguintes:

- Procurador Classe I - 9.805,31
- Procurador Classe II - 9.216,99
- Procurador Classe III - 8.628,67
- Procurador Classe IV - 8.040,35
- Procurador Classe V - 7.452,04

Parágrafo Único - Os efeitos financeiros deste artigo terão vigência a partir de 1.º de janeiro de 1987.

Art. 2. - Os cargos que compõem a carreira de Assessor Jurídico do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça passam a ter as denominações e vencimentos como segue:

SITUAÇÃO ANTERIOR

| CARGO | CÓDIGO | NÍVEL |
|---------------|-----------|-------|
| Ass. Jurídico | PJ-TJ-100 | 1 |
| Ass. Jurídico | PJ-TJ-100 | 2 |
| Ass. Jurídico | PJ-TJ-100 | 3 |

SITUAÇÃO ATUAL

| CARGO | CLASSE | VENCIMENTOS |
|---------------|--------|-------------|
| Ass. Jurídico | I | 11.766,38 |
| Ass. Jurídico | II | 11.069,39 |
| Ass. Jurídico | III | 10.354,40 |

Parágrafo Único - Os efeitos financeiros deste artigo terão vigência a partir de 1.º de março de 1987, já computada a alteração prevista no Decreto n. 156, de 23 de março de 1987, cujas despesas correrão à conta da verba da dotação orçamentária do Poder Judiciário.

Art. 3. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.04.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator.

JUSTIFICATIVA:

Conforme foi analisado no parecer desta Comissão, a inclusão do artigo que altera os níveis de vencimento básico dos Assessores Jurídicos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça do Estado é medida por demais justa.

Os requisitos para o exercício dos cargos de PROCURADOR e de ASSESSOR JURÍDICO são análogos.

Por outro lado, os Assessores Jurídicos do Tribunal de Justiça estão incompatibilizados com o exercício da advocacia, por imposição do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, sequer podendo inscrever-se nos quadros daquela entidade. Isto faz com que a sua única esfera de atuação seja o assessoramento jurídico dentro do

Tribunal de Justiça do Estado.

Analisando a evolução dos vencimentos básicos de ambas as carreiras no correr do tempo, chega-se à constatação de que havia no passado uma nítida semelhança de tratamento neste aspecto. Havia mesmo uma correlação de ganhos fixados nos seguintes textos legais: Lei n. 7540/81, Decreto n. 5500/82, Lei n. 7696/83, Decreto n. 1165/83, Lei n. 7825/83, Lei n. 7877/84, Lei n. 8069/84, e Lei n. 8122/85.

Assim, a situação merece nosso total empenho, no sentido de restabelecer a justa igualdade de tratamento a estas duas importantes carreiras, inseridas no funcionalismo público estadual, não só pelo evidente incentivo que a medida trará, com reflexos na produtividade, mas, pela JUSTIÇA que advirá com a aprovação desta emenda.

Finalmente, vale dizer que as despesas decorrentes da implantação da disposição ora submetida a esta Assembléia, correrá à exclusiva conta da dotação orçamentária do Poder Judiciário.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 159/86, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO ARTESANAL DO EXCEPCIONAL DE PONTA GROSSA, com sede no Município de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 180/86, de autoria do Deputado ANTÔNIO BELINATI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ- A.S.F.T.R.E. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 049/87, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que declara de Utilidade Pública a AÇÃO SOCIAL SÃO VICENTE DE PAULO DA PARÓQUIA SANT'ANA, com sede e foro na cidade de Laranjeiras do Sul-PARANÁ. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 051/87, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que declara de utilidade pública o CENTRO ESPÍRITA MENSAGEIROS DA PAZ, com sede e foro na Cidade de Francisco Beltrão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 64/86, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA"- AFIPPUC, com sede e foro no Município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n. 25, de 18.06.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.64/86

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, o presente Projeto de Lei tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA - AFIPPUC", com sede e foro nesta Capital.

Da análise do Projeto, pela Justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação inserida ao mesmo, comprovam o preenchimento pela entidade dos requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO. É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Balduino Vidal, ocorrido no dia 26 de maio do corrente ano, no Município de Campo Largo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Adélia Delagassa Rodrigues, ocorrido no dia 26 de maio do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n. 128/86, que visa denominar de "Guilherme Kantor" trecho da Rodovia PR-151. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, viabilizando a duplicação da Rodovia PR-151, trecho Piraí do Sul a Jaguaraiava. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo transcurso do "Dia do Trabalhador Rural". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornalista Mussa José de Assis, pela sua volta ao comando do Jornal "O Estado do Paraná" e a "Tribuna do Paraná". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a inclusão da rodovia que liga a sede do Município de Cascavel ao Município de Assis Chateaubriand, passando pelo Distrito de Espigão Azul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Educação, encarecendo melhores condições tanto aos alunos como aos professores da Escola Estadual Jardim Guanabara, no Município de Cascavel. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Jornais "O Estado do Paraná", e "Tribuna do Paraná", bem como ao jornalista Mussa José Assis, pela investidura deste no comando da Redação dos Órgãos da Editora "O Estado do Paraná S.A.". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade aos servidores do Ministério da Agricultura, que reivindicam melhores condições salariais. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade aos microempresários na busca de solução do problema causado pelo Plano Cruzado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Agricultura, encarecendo agilização na mudança da portaria que altera os valores a serem pagos pelos frigoríficos aos técnicos do Serviço de Inspeção Federal. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura e

Abastecimento, encarecendo medidas que garantam o abastecimento de carne bovina no período de entressafra - agosto a outubro - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à ACEPAR, pela inauguração do Centro de Comercialização de Cereais de Maringá, instalado no Parque Industrial II, no Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo para que na próxima Lei de Divisão e Organização Judiciária seja transformado em Comarca, o Município de Sarandi. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma passarela de aproximadamente 150 metros, sobre o rio Corumbataí, no trecho do Município de Barbosa Ferraz ao Município de São João do Ivaí. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento do trecho de 2 km no acesso do Município de Fênix à Reserva Florestal Vila Rica do Espírito Santo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de Moção ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e cópia ao Senhor Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, pela efetivação das propostas relativas à questão da mulher. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria das Finanças, viabilizando a instalação de um Posto Avançado do referido Banco, no distrito de Oliveira Castro, Município de Guaíra. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, viabilizando a inclusão no Programa de Rodovias Rurais do Governo, a pavimentação asfáltica da estrada rural que ini-

cia em Guaíra e, atinge o Distrito de Oliveira Castro, passando pelas localidades de Vila São Domingos e Cruzeirozinho, no Município de Guaíra. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo sejam tomadas providências para as reivindicações dos professores conveniados. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da Caixa Econômica Federal, Banco Central do Brasil e Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, encarecendo seja adotada uma política mais efetiva em busca de soluções, para atender a grande demanda atual do setor. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Ação Social, encarecendo auxílio financeiro para a creche José Patrocínio, no Distrito de Luiziana, Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Presidente da PROVOPAR, encarecendo auxílio financeiro para a creche Santo Antônio, no Distrito de Farol do Oeste, Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, viabilizando recursos à Mitra Diocesana de Umuarama, ou diocese do Divino Espírito Santo, do Município de Umuarama, através de fontes governamentais. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, para que o mesmo determine à TELEPAR, no sentido de que seja procedida modificação no sistema de telefonia rural, possibilitando que as ligações via P.S., sejam completadas de forma direta, sem auxílio da telefonista. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, para que o mesmo determine ao DER, o asfaltamento da Avenida Independência, no Bairro São Cristóvão, Município de Capanema. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo providências junto à FUNDEPAR, no sentido de que sejam construídas mais duas salas de aula na Escola Estadual São Cristóvão- Ensino de 1. Grau, do Município de Capanema. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente do IPE, encarecendo informações a respeito dos critérios adotados na distribuição de unidades residenciais nos blocos de apartamentos em construção pelo Instituto no Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder da Bancada do PMDB, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n. 018/87, e a Emenda Substitutiva Geral, por quatro sessões. Retirado pelo autor.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando pedido de informações ao Senhor Diretor do Arquivo Público do Estado, a propósito de denúncias que lhe foram encaminhadas por pesquisadores que freqüentam àquela repartição. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Pedro Tonelli e Antônio Belinati, com apoio dos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a constituição de uma Comissão Interpartidária na Casa, para em conjunto com os representantes da comunidade universitária paranaense e representantes do Poder Executivo, discutir e aprofundar a política educacional paranaense. Rejeitado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra pela ordem.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Proceder-se-á a verificação de votação.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa pergunta ao nobre Deputado...

O SR. ANTÔNIO BELINATI - suspendo o pedido